



Lula cobra fiscalização rigorosa do novo Bolsa Família

Haddad admite desaceleração, mas descarta risco de recessão

Página 3

Moraes e senadores discutem situação de presos por atos golpistas

Página 4

País registra produção recorde de petróleo em janeiro

A produção de petróleo no país em janeiro teve um resultado mensal recorde: 3,274 milhões de barris por dia (bbl/d). Significa um crescimento de 6,5% em relação a dezembro e de 8% na comparação com janeiro de 2022. Os dados fazem parte do boletim mensal divulgado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Antes, o maior volume de petróleo tinha sido registrado em outubro de 2022: 3,148 milhões de bbl/d.

A produção de gás natural em janeiro foi de 143,215 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), um aumento de 2,2% na comparação com dezembro e de 4,2% em relação a janeiro do ano passado. Assim, a produção conjunta de gás natural e petróleo foi de 4,175 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d).

As principais áreas produtoras foram os campos marítimos, que registraram 97,9% do petróleo e 86% do gás natural. A Petrobras foi a maior operadora, seja sozinha ou em conjunto com outras empresas: participou de 89,98% do total produzido. O campo de Tupi, na Bacia de Santos, teve a maior produção do país em janeiro: 804,4 mil bbl/d de petróleo e 38,54 milhões de m³/d de gás natural.

As reservas do pré-sal, que incluem 141 poços, foram responsáveis por 75,9% da produção nacional. Foram 3,168 milhões de boe/d em janeiro, sendo 489 milhões de bbl/d de petróleo e 107,8 milhões de m³/d de gás natural. Em relação ao mês anterior, crescimento de 6,1%. Ao considerar janeiro de 2022, a produção subiu 8,8%. O número de janeiro no pré-sal também foi o maior registrado até agora. Antes, o período com a maior marca era outubro de 2022, quando a produção foi de 3,142 milhões de boe/d. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Sexta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,20
Venda:	5,20
Turismo	
Compra:	5,32
Venda:	5,40
EURO	
Compra:	5,50
Venda:	5,51

Mais de 18 milhões de mulheres sofreram violência em 2022



Foto/Arquivo/Ab

Página 4

Esporte

Caio Bonfim busca o 12º título adulto da Copa Brasil Loterias Caixa de Marcha

O brasileiro Caio Bonfim (CASO-DF) é o grande destaque da Copa Brasil Loterias Caixa de Marcha Atlética, que será disputada a partir das 7 horas deste domingo (5/3), em Brasília (DF). O circuito será montado no Eixão Sul entre as quadras 202/102 - o prédio da matriz da Caixa Econômica Federal e o Hospital de Base de Brasília. A competição terá transmissão ao vivo pela TV Atletismo Brasil por meio do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBA).

Página 30

Caio no Mundial do Oregon

Rally Minas Brasil marcará estreia de Jean Azevedo nos UTVs



Foto/PhotoAction

Disputa nas motos promete ser intensa ao longo dos três dias de rally

A quinta edição do Rally Minas Brasil se aproxima (07 a 11 de março) e, com ela, um momento histórico. Válida pela primeira etapa do Brasileiro de Rally Cross-Country, a prova, que será disputada em Araxá e entorno, marcará a estreia de um dos mais vitoriosos nomes do esporte no país em uma nova modalidade. Depois de uma trajetória de sucesso nas motos e nos carros, Jean Azevedo resolveu acelerar nos UTVs.

O paulista de São José dos Campos, 49 anos, vai comandar um Polaris RZR Pro R da Polaris Racing Brasil / T+A Rally Team, time criado em parceria com o também piloto Leandro Torres.

Página 30

Kiko Porto lidera último teste antes de abertura da USF Pro 2000 em São Petersburgo

Um dos destaques das categorias de base dos Estados Unidos, Kiko Porto encerrou a última bateria de testes coletivos da USF Pro 2000, campeonato que integra o Road to Indy, da melhor forma possível. O piloto da DEForce Racing liderou a última sessão realizada no circuito de Sebring, no esta-

do americano da Flórida, no final da tarde da terça-feira (28).

Em uma bateria de testes que contou não apenas com pilotos que já integravam o Road to Indy, mas também com competidores que migraram da Europa para os Estados Unidos, Porto esteve sempre no top-3. Página 30

Stock Car tem leilão beneficente de pré-temporada



Foto/ Marcelo Machado de Melo

Barrichello pavimentou caminho rumo ao bi com vitória em Sta. Cruz do Sul

A temporada 2023 da Stock Car Pro Series vai começar no fim de semana de 2 de abril no Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO). Mas a principal categoria do automobilismo na América Latina, em conjunto com a plataforma Play for a Cause, já entra na pista para abrir o Leilão dos Campeões, com a abertura de lances para quatro itens de colecionador e que

marcaram o campeonato do ano passado.

Toda a renda obtida com a ação beneficente será destinada ao Instituto Ingo Hoffmann, instituição sem fins lucrativos capitaneada pelo doze vezes campeão da Stock Car, sediada em Campinas (SP) e dedicada aos cuidados às crianças em tratamento contra o câncer e suas respectivas famílias. Página 30

São Paulo retira obrigatoriedade de máscaras no transporte público

Idosos acima de 60 anos recebem Pfizer bivalente na segunda-feira

Idosos acima de 60 anos de idade poderão receber a vacina Pfizer bivalente contra a covid-19 a partir da próxima segunda-feira (6). A vacinação com a Pfizer bivalente na capital paulista começou na última segunda-feira (27) e continua disponível para todos os idosos acima de 70 anos.

Caso existam doses remanescentes da vacina Pfizer bivalente próximo ao fim das atividades diárias nas unidades, gestantes e puérperas poderão tomar o imunizante, desde que sejam moradoras da região da UBS. Para inscrição prévia, é necessário apresentar comprovante de endereço.

Também podem receber a dose pessoas maiores de 12 anos com imunossupressão, indígenas, residentes em Instituições de Longa Permanên-

cia e funcionários destes equipamentos da cidade de São Paulo. Estão sendo vacinadas as pessoas dos grupos prioritários que completaram o esquema básico ou que já receberam uma ou duas doses de reforço, respeitando o intervalo de quatro meses da dose mais recente recebida.

A vacinação contra a covid-19 ocorre nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas Assistência Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados, nas AMAs/UBSs integradas, também das 7h às 19h.

Até a quarta-feira (1º), a SMS aplicou 129.961 doses do imunizante Pfizer bivalente, sendo 123.932 em idosos maiores de 70 anos de idade e 6.029 doses nos demais grupos elegíveis atualmente. (Agência Brasil)

A partir desta sexta-feira (3), deixa de ser obrigatório o uso de máscaras de proteção no transporte público de São Paulo. A medida será publicada na edição de amanhã do Diário Oficial e, com isso, não será mais necessário usar máscara no metrô, nos trens e nos ônibus que circulam por todo o estado. Apesar disso, especialistas aconselham o uso da proteção em ambientes fechados e aglomerados para evitar a covid-19 e outras doenças.

Segundo o governo paulista, mesmo não sendo mais obrigatório, a recomendação é que pessoas com idade acima dos 65 anos ou com alguma imunode-

ficiência, comorbidade ou sintomas respiratórios continuem usando de máscaras no transporte público e em outros locais.

A medida foi anunciada logo após a realização do carnaval, que reuniu milhões de pessoas nas ruas de São Paulo. De acordo com o Comitê Científico de São Paulo, não foi observado impacto das festas carnavalescas no sistema de saúde do estado.

“Reconhecemos a importância das máscaras e a sua eficácia, principalmente na transmissão de doenças respiratórias. Entretanto, diante dos dados apresentados pelo comitê, é segura, neste momento, a retirada do equipamento sem prejudicar

os serviços de saúde”, disse, em nota, o secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva.

A obrigatoriedade no uso de máscara no transporte público de São Paulo foi adotada no início da pandemia de covid-19, em abril de 2020. Em setembro do ano passado, com o avanço da vacinação contra a doença e a melhora dos indicadores, o uso de máscara deixou de ser obrigatório. No entanto, com um novo avanço da doença, a proteção voltou a ser exigida em novembro do ano passado, e a medida estava em funcionamento até hoje.

Na quarta-feira, (1º), a Agência Nacional de Vigilância Sani-

tária (Anvisa) havia desobrigado o uso de máscaras em portos e aeroportos de todo o Brasil. Segundo Anvisa, a medida decorre da melhora nos indicadores relacionados à pandemia, com redução do número de casos e de mortes provocados pela doença. A Anvisa ressaltou, no entanto, que o uso do equipamento ainda é recomendado para grupos mais vulneráveis e pessoas com sintomas respiratórios.

A partir de agora, o uso de máscara só continuará sendo obrigatório no estado de São Paulo em hospitais e outros serviços de saúde, sejam eles públicos, privados ou filantrópicos. (Agência Brasil)

Prefeitura de SP incentiva a regularização de entregadores que usam motocicleta

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM) e do Departamento de Transportes Públicos (DTP), criou um mecanismo para incentivar a regularização dos entregadores que utilizam motocicleta na cidade de São Paulo e que ainda não possuem o Cadastro Municipal de Condutores – CONSUMOTO.

O objetivo é que esses trabalhadores possam dar entrada, de forma simples e online, ao processo para a obtenção desse documento, exigido pela Lei 14.491, de 27 de julho de 2007 para exercer a atividade.

Atualmente, 4.357 motofretistas possuem CONSUMOTO ativo e válido. No entanto, com a popularização dos aplicativos de entrega nos últimos anos, impulsionada ainda mais pela pandemia de Covid-19, estima-se que ao menos 50 mil pessoas estejam exercendo a função sem qualquer tipo de treinamento ou qualificação – e que ainda precisem buscar a regularização junto à Prefeitura.

Com a publicação da Portaria SMT.SETRAM nº 003 nesta quinta-feira, no Diário Oficial, os interessados podem iniciar seu cadastro na Prefeitura de São Paulo através do Portal SP156,

apresentando somente a CNH ou CDT na categoria A, comprovante de endereço e certidões emitidas pela internet.

Ao dar esse primeiro passo para se adequar à legislação vigente, os interessados receberão um protocolo com o número do processo, válido até 31 de dezembro de 2023. Os entregadores poderão trabalhar normalmente em porte desse protocolo de forma física ou virtual e deverão providenciar a documentação completa para a obtenção do CONSUMOTO até esta data.

Além de proporcionar a regularização desses trabalhado-

res, conforme exige a lei, a medida também tem a finalidade de aumentar a segurança viária reduzindo óbitos e sinistros graves de trânsito, uma vez que um dos requisitos para obter o CONSUMOTO é a realização de um curso específico de motofretista oferecido pelo Detran. Com o protocolo, o entregador também poderá comprovar mais rapidamente que está trabalhando caso seja parado em uma fiscalização ou operação policial.

Para dar entrada ao processo, basta acessar o Portal SP156 e digitar “Cadastrar Consumoto” na área de busca.

Famílias desabrigadas de São Sebastião são encaminhadas para hotéis

As famílias desabrigadas da Barra do Sahy, em São Sebastião, que estavam alojadas em escolas estão sendo encaminhadas para hotéis e pousadas do município do litoral norte paulista. Com isso, será possível retomar as aulas.

Durante o carnaval, a região foi atingida por fortes temporais que causaram 65 mortes, sendo 64 em São Sebastião e uma em Ubatuba. Segundo o governo do

estado de São Paulo, a previsão é de que 824 pessoas sejam removidas.

Nesses locais, as famílias abrigadas receberão três refeições por dia. Ainda de acordo com o governo, foram disponibilizadas 4 mil vagas em hotéis.

As buscas por um homem desaparecido na região da Baleia Verde estão suspensas desde a quarta-feira, (1º). O motivo é que técnicos do Instituto de Pesqui-

as Tecnológicas e do Corpo de Bombeiros avaliaram que o solo da região onde estão sendo realizados os trabalhos está instável devido às chuvas contínuas, desde o desastre. Por isso, foi recomendada uma interrupção do resgate por pelo menos 48 horas.

Rio-Santos
A Rodovia Rio-Santos, que corta o litoral norte e interliga

diversos bairros de São Sebastião, ainda tem 14 pontos com interdições parciais. A estrada foi fortemente danificada pelas chuvas. Em vários pontos o asfalto cede. Em outros, há queda de pedras ou troncos na via. As chuvas constantes também têm provocado novos deslizamentos que podem levar a interrupções totais do tráfego em alguns trechos. (Agência Brasil)

Governo federal entrega unidades do Minha Casa, Minha Vida em Bertioga

O ministro das Cidades, Jader Filho, e o vice-presidente da República, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, entregaram, na quinta-feira, (2), 600 unidades residenciais do Programa Minha Casa, Minha Vida para famílias da cidade de Bertioga, no litoral norte do estado de São Paulo.

Mais de 2,4 mil pessoas serão beneficiadas com a inauguração dos condomínios Flamboyant e Resedá. Os locais contam com toda infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, energia elétrica, pavimentação, drenagem e transporte público.

“Hoje, o Ministério das Ci-

dades entrega 600 apartamentos em Bertioga. Ao todo, serão 1,5 mil unidades com obras concluídas que em breve entregaremos. No Brasil inteiro serão 15 mil unidades. Neste governo não haverá obra paralisada. Estamos retomando a construção de 37 mil unidades até o ano que vem e até 2026 serão dois milhões de unidades habitacionais para famílias de baixa renda”, disse o ministro Jader Filho.

Ele destacou que a entrega de moradias é sempre um momento especial e de grande emoção e hoje em Bertioga não foi diferente. “Todo nós assistimos mais uma vez à concretização de uma ideia e de um sonho. Fica-

mos cara a cara com a oportunidade de ajudar quem mais precisa. A entrega de moradias é a realização do sonho da casa própria e o sinônimo de melhoria social, esperança e de deixar de morar nas ruas, áreas de risco ou de deixar de pagar um aluguel alto. É o resgate da auto-estima e significa conquista da cidadania”, afirmou.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, destacou, em seu pronunciamento, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enxerga as pessoas, o sofrimento e as dificuldades da população e que governar é escolher, porque o dinheiro nunca será suficiente para fazer tudo o que é necessário.

“Por isso, Lula criou o Minha Casa, Minha Vida. E agora voltou a Faixa 1 que beneficia justamente as famílias de menor renda (até R\$ 2.640). Nós precisamos viabilizar casas para quem ganha menos. O que mais cresceu no orçamento deste ano foi a habitação, que foi para R\$ 10,4 bilhões este ano”, ressaltou.

Alckmin disse, ainda, que - em dois milhões de moradias - cada uma gera um emprego direto e três indiretos na construção. “São oito milhões de empregos que serão gerados. O programa é o que mais gera emprego e casa para quem precisa”, finalizou o vice-presidente. (Agência Brasil)

Sabesp arrecada 105 toneladas de alimentos para vítimas das chuvas no Litoral Norte

A Sabesp arrecadou mais de 105,1 toneladas de alimentos em doações para as famílias vítimas das chuvas que caíram sobre o Litoral Norte de São Paulo. Também foram angariadas mais de 123 mil peças de roupas e mais de 75 mil itens de higiene e limpeza.

Recebidas em unidades da Sabesp em todo o Estado, as doações seguiram em ca-

minhões da Companhia para o centro de distribuição de São Sebastião, município com o maior número de vítimas. De lá, os itens eram enviados também para Bertioga, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

A distribuição em cada cidade foi feita com o apoio da Defesa Civil e pelo Fundo Social de Solidariedade.

Nas doações também estão inclusos itens de cama e banho (22 mil); e a arrecadação de água e leite (26 mil litros). A Sabesp ainda continua atuando para a manutenção do funcionamento das redes de água e esgoto e toda a infraestrutura da Companhia na região.

A Sabesp lembra que o abastecimento de água na região foi totalmente restabelecido, após

as fortes chuvas e que segue com caminhões-tanque na região para auxílio da população.

Para receber, separar, embalar, colocar em caixas e transportar as doações recebidas, a Sabesp contou com mais de 800 funcionários trabalhando dia e noite para que a ação de solidariedade fosse bem-sucedida. A campanha encerrou-se esta semana.

CESAR
NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
8 março 2023 vai ser dia internacional da mulher : quando será que uma vereadora vai ser presidente no maior e mais importante parlamento municipal brasileiro ?

PREFEITURA
8 março 2023 vai ser dia internacional da mulher : Luiza Erundina e Marta (então Suplicy) foram prefeitas pelo PT. Alda Marco Antonio (então no MDB) foi vice ...

(São Paulo)
... do Gilberto Kassab (então no PFL), hoje dono nacional do PSD, que refundou pra chamar de seu. Nádia Campeão (PC do B) foi vice do Fernando Haddad (PT)

ASSEMBLEIA (São Paulo)
8 março 2023 vai ser dia internacional da mulher : quando será que uma deputada vai ser presidente no maior e mais importante parlamento estadual brasileiro ?

GOVERNO (São Paulo)
8 março 2023 vai ser dia internacional da mulher : quando que uma mulher será governadora do mais importante Estado brasileiro, com cerca de 46 milhões de habitantes ?

CONGRESSO (Brasil)
8 março vai ser dia internacional da mulher : quando será que uma mulher (eleita pelo Estado de São Paulo) será presidente do Senado Federal e da Câmara Deputados(as) ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
8 março vai ser dia internacional da mulher : Dilma Rousseff (PT do Lula) foi a 1ª a ser Presidente da República e a 1ª a ser cassada (via processo de Impeachment) pelo Senado

PARTIDOS
8 março vai ser dia internacional da mulher : somente 4 mulheres estão dirigentes nacionais. As deputadas federais (Paraná) Gleisi Hoffmann (1ª mulher no PT) ...

(Brasil)
... e Renata Abreu (São Paulo) no Podemos. Heloísa Helena (Rede), ex-senadora pelo PT (Alagoas), expulsa por denúncias de corrupçãoes no 1º governo Lula e Suêd Haidar (Rio) no PMB

ANO 31
O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Lembre sempre de lavar as mãos

Lula cobra fiscalização rigorosa do novo Bolsa Família

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, na quinta-feira (2), uma fiscalização rigorosa de toda a sociedade sobre quem está recebendo o Bolsa Família. Ele assinou, em cerimônia no Palácio do Planalto, a medida provisória (MP) que recria o programa de transferência de renda e a rede de fiscalização pública e controle social do Cadastro Único (CadÚnico).

“Esse não é o programa de um governo, de um presidente, esse é o programa da sociedade brasileira e que só vai dar certo se a sociedade assumir a responsabilidade de fiscalizar o Cadastro Único. O programa só dará certo se o cadastro permitir que o benefício chegue exatamente às mulheres, aos homens e às crianças que precisam desse dinheiro”, disse Lula, durante evento.

Ele citou, entre outros agentes de fiscalização, os ministérios públicos Federal e nos estados, a imprensa, igrejas, sindicatos e prefeituras. “Se tiver alguém que não mereça, não vai receber. O programa é para pessoas em condição de pobreza”, destacou.

O CadÚnico é uma ferramenta conduzida no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e funciona como porta de entrada para mais de

30 programas do governo federal, entre eles o Bolsa Família.

Para o presidente, o programa é uma importante política pública de socorro às famílias em situação de vulnerabilidade, mas afirmou que a solução para a transformação social é o crescimento econômico.

“Esse é o primeiro prato de sopa, de feijão, o primeiro copo de leite, o primeiro pão, o primeiro pedaço de carne. Junto com isso tem que vir a política de crescimento econômico, de geração de emprego e de transferência de renda através do salário, que é o que importa para o trabalhador”, disse.

Contrapartidas

O novo Bolsa Família retoma os parâmetros desenhados no primeiro governo do presidente Lula, quando foi criado, em 2003. O principal deles é a exigência de contrapartidas das famílias beneficiadas, como a obrigação do acompanhamento pré-natal para gestantes. O pagamento a partir das novas regras já começa no calendário deste mês, em 20 de março.

A manutenção da frequência escolar das crianças e adolescentes e a atualização da caderneta de vacinação com todos os imunizantes previstos no Programa Nacional de Va-

cinação do Ministério da Saúde, também serão exigidos. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil, que não exigia essas contrapartidas.

Além disso, as gestantes terão direito a um benefício complementar no valor de R\$ 50. Todas as famílias beneficiárias receberão um valor mínimo de R\$ 600 e foram criados dois benefícios complementares. Segundo o governo, eles foram pensados para atender de forma mais adequada o tamanho e as características de cada família.

Um dos benefícios é voltado para a primeira infância e foi promessa de campanha de Lula, que é o valor adicional de R\$ 150 para cada criança de até seis anos de idade na composição familiar. O segundo, chamado Benefício Variável Familiar, prevê um extra de R\$ 50 para cada integrante da família com idade entre sete e 18 anos incompletos e para gestantes.

“Com isso, queremos apontar que pessoas da família terão também um tratamento especial. A gestante precisa de mais cuidados, ela terá a fase de acompanhamento no período da gestação, depois com o bebê. Teremos um olhar especial com a nutrição e garantir

que, na idade certa, as crianças e adolescente estejam matriculadas, estudando. Ou seja, o Bolsa Família deixa de ser só transferência de renda e passa a ter um conjunto de políticas voltadas para o cuidado [...], para que possa romper um ciclo de pobreza em cada família e garantir as condições não só de sair da pobreza, mas chegar à classe média e ser o que ela quiser”, disse o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.

Os novos valores foram garantidos com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que estabeleceu que o novo governo terá R\$ 145 bilhões para além do teto de gastos, dos quais R\$ 70 bilhões serão para custear o benefício social.

O novo Bolsa Família também terá uma regra de proteção para os casos em que algum integrante consiga um emprego, por exemplo. Segundo o governo, a renda da família pode aumentar até meio salário mínimo per capita sem que ela seja retirada de imediato do programa.

Além dela, também há uma regra de retorno garantido, que estabelece que as famílias que se desligarem voluntariamente do programa ou perderem renda e precisarem voltar ao

Bolsa Família terão prioridade de retorno.

Cadastro Único

O governo também trabalha no aprimoramento do Cadastro Único e integração com o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com a busca ativa em parceria com estados e municípios para incluir quem está fora do programa e a revisão de benefícios com indícios de irregularidades, como de pessoas que moram sozinhas.

Neste mês, mais de 1,5 milhão de beneficiários que recebem o Bolsa Família irregularmente foram excluídos do programa social e outras 700 mil famílias com direito ao benefício foram incluídas, após a busca ativa.

Lucro da Petrobras em 2022 é de R\$ 188 bi; 77% superior ao de 2021

A Petrobras registrou um lucro líquido de R\$ 188,3 bilhões em 2022, resultado 77% superior ao registrado no ano anterior. Os dados foram publicados no fim da noite de quarta-feira (1º) pela estatal.

De acordo com a empresa, apenas no quarto trimestre do ano, o lucro chegou a R\$ 43,3 bilhões, 38% a mais do que o observado no mesmo período do ano anterior.

O aumento do lucro líquido no ano, segundo a Petrobras, pode ser explicado principalmente pela alta dos preços do petróleo (Brent) no mercado internacional. Também houve ganhos com acordos de coparticipação em campos da cessão onerosa.

Os lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) atingiram volume recorde de R\$ 340,5 bilhões no ano de 2022, uma alta de 45% em relação a 2021. O Ebitda do último trimestre chegou a R\$ 73,1 bilhões.

Em 2022, também houve um recorde no pagamento anual de tributos e participações governamentais no Brasil: R\$ 279 bilhões. A dívida financeira da empresa fechou o ano em US\$ 30 bilhões, 16% a menos do que em 2021. (Agência Brasil)

PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha o ano em R\$ 9,9 trilhões

O Produto Interno Bruto (PIB - soma dos bens e serviços produzidos no país) caiu 0,2% no quarto trimestre de 2022, mas encerrou o ano com crescimento de 2,9%, totalizando R\$ 9,9 trilhões. Já o PIB per capita alcançou R\$ 46.155 no ano passado, um avanço, em termos reais, de 2,2% em relação ao ano anterior.

Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgado na quinta-feira (2), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento do PIB em 2022 foi puxado pelas altas nos serviços (4,2%) e na indústria (1,6%), que juntos representam cerca de 90% do indicador. Por outro lado, a agropecuária recuou 1,7% em 2022.

“Desses 2,9% de crescimento em 2022, os serviços foram responsáveis por 2,4 pontos percentuais. Além de ser o setor de maior peso, foi o que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia no ano”, disse, em nota, a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

“As duas atividades que mais chamam atenção estão entre as que mais cresceram em 2021, após as quedas de 2020: transportes e outros serviços, que inclui categorias de serviços pessoais e serviços profissionais. Foi uma continuação da retomada da demanda pelos serviços após a pandemia de covid-19. Em outros serviços, podemos destacar setores ligados ao turismo, como serviços de alimentação, serviços de alojamento e aluguel de carros”, acrescentou Rebeca.

Segundo o IBGE, na indústria, o maior destaque foi a atividade eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (10,1%), que teve bandeiras tarifárias mais favoráveis em 2022.

“O crescimento dessa atividade está muito relacionado à recuperação em relação à crise hídrica de 2021. Além do crescimento da economia, houve o

O Bolsa Família é voltado para famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social. Para serem habilitadas, elas precisam atender critérios de elegibilidade, como apresentar renda per capita classificada como situação de pobreza ou de extrema pobreza, ter os dados atualizados no CadÚnico e não ter informações divergentes entre as declaradas no cadastro e em outras bases de dados federais.

A seleção considera a estimativa de pobreza, a quantidade de famílias atendidas em cada município e o limite orçamentário. Com a nova legislação, terão acesso ao programa todas as famílias que têm renda de até R\$ 218 por pessoa. (Agência Brasil)

A retração do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) verificada no quarto trimestre do ano passado reflete a desaceleração da economia provocada pelos juros altos, disse na quinta-feira (2) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Apesar do encolhimento do indicador no fim de 2022, o ministro descartou o risco de recessão para este ano.

“Não estamos trabalhando com perspectiva de recessão”, disse Haddad, ao chegar ao Ministério da Fazenda após participar da cerimônia de lançamento do novo Bolsa Família, no Palácio do Planalto. Uma economia entra em recessão técnica quando registra dois trimestres seguidos de resultados negativos.

Ele comentou o resultado

do PIB de 2022, divulgado mais cedo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora a economia tenha crescido 2,9% no ano passado, houve uma retração de 0,2% no quarto trimestre.

“Todo o desafio do Ministério da Fazenda, da área econômica, é reverter esse quadro e promover uma curva ascendente do crescimento do PIB. Neste momento, ela está descendente”, disse o ministro.

Para o ministro Fernando Haddad, a economia está perdendo força por causa das altas dos juros promovidas pelo Banco Central (BC). Embora a taxa Selic (juros básicos da economia) tenha parado de subir em agosto do ano passado, está no nível mais alto desde o início de 2017 e os efeitos de um aperto monetário, no Brasil,

levam de seis a nove meses para serem sentidos na economia.

Segundo Haddad, as elevações dos juros foram influenciadas por medidas fiscais adotadas pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Por isso, o ministro considera o crescimento de 2,9% do PIB no ano passado como “em linha com o esperado”.

O ministro voltou a destacar a importância de “harmonizar” as políticas monetária e fiscal, para que a população mais vulnerável seja poupada da desaceleração da economia. “Temos a oportunidade de resolver o quadro neste ano, sem prejudicar a população de menor renda”, disse.

Conforme declarações recentes de Haddad, a harmonização ocorreria da seguinte forma. Os ministérios da Fazenda

e do Planejamento tomam medidas para elevar a arrecadação. Em troca, o BC anuncia a possibilidade de começar a reduzir a Selic nos próximos meses. O envio do novo marco fiscal e da reforma tributária ao Congresso também ajudariam nessa missão.

Sobre a política de preços para os combustíveis, o ministro da Fazenda disse que o tema está sendo tratado pelo Ministério de Minas e Energia, mas que a ideia seria encontrar um meio-termo entre a cotação internacional do petróleo e o preço na bomba. “Pretendemos encontrar alternativas para que não pese no bolso do consumidor as eventuais variações de preço internacional, que penalizaram muito o consumidor no último governo”, explicou. (Agência Brasil)

Desaceleração do PIB em 2022 sugere crescimento modesto em 2023

A desaceleração da economia brasileira em 2022 sugere um ritmo mais modesto de crescimento neste ano. É o que avalia a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, em nota divulgada após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentar o resultado anual do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Na quinta-feira (2), o IBGE informou que o PIB recuou 0,2% no quarto trimestre de 2022. No ano, houve crescimento de 2,9%, contra 5%, em 2021.

“A desaceleração acentuada do ritmo de crescimento em 2022, com retração já observada no último trimestre, repercutiu, sobretudo, a reduzida liquidez no ambiente externo e o ciclo contracionista da política monetária, aumentos da taxa básica de juros, a Selic”, diz a nota da SPE.

A SPE acrescenta que o “aumento dos juros somado à inadimplência crescente dificultou a tomada de crédito e os investimentos produtivos, levando à retração da atividade industrial”. “Esse cenário foi parcialmente contrabalanceado pelo setor de serviços, estimulado por reajustes nos valores do programa de transferência de renda, liberação do FGTS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pelo crescimento da massa salarial ao longo do ano”, destacou.

A secretaria diz ainda que o crescimento das exportações, repercutindo principalmente o aumento nos preços das commodities (produtos primários com cotação internacional), também colaborou positivamente.

Perspectiva

No curto prazo, a expectativa é de recuperação da atividade econômica, impulsionada

pela previsão do IBGE de crescimento de 14,7% para a produção de grãos em 2023.

“Apesar do alto endividamento das famílias, a dinâmica positiva que segue sendo verificada no mercado de trabalho, a valorização real do salário mínimo e o aumento da faixa de isenção do IRPF, Imposto de Renda da Pessoa Física, também devem contribuir para a atividade nos primeiros meses desse ano”, acrescentou a SPE.

Em contrapartida, a secretaria cita como fator negativo para o crescimento econômico os juros básicos, atualmente, 13,75% ao ano, o maior patamar desde janeiro de 2017.

“Como consequência das elevadas taxas de juros, observa-se trajetória ascendente para os spreads, diferença entre taxa de captação dos recursos pelos bancos e a cobrada dos clientes e para o custo de crédito, além de desaceleração acentu-

VARA Cível, Processo Digital: **0058252-26.2022.8.26.0100**. Valor do debate: R\$ 309.038,97 (trezentos e nove mil, trinta e sete reais e setenta centavos), em 23/11/2022. Na forma do artigo 513, §2º, IV do Código de Processo Civil, a publicação desta decisão pela imprensa oficial servirá como fundamento para fins da intimação do(s) executado(s) **BRAZIL, SUL COMÉRCIO DE PEDRAS SEM PRECIOSAS E ARTESANATO LTDA**, CNPJ 04.499.867.7001-04, com endereço na Praça da Se, s/n, 39B, AND 3, CEP 01001-000, São Paulo - SP para o prazo processual de 15 (quinze) dias, ficando o valor indicado no **demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de multa de 1% sobre o valor do boveus**, depositado em nome do autor, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 396, I, do CPC, e norma flexibilizadora do art. 139, II do CPC e Pugnância nº 35 da ENFAP sobre o novo CPC. O prazo do edital será de 20 dias, e o advogado nomeado na fase de conhecimento como curador contencioso responsável pela defesa do executado nesta fase de cumprimento de sentença, nos termos do convênio Defensoria-OB, Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo do edital e o previsto no art. 523 do CPC, não poderá alegar desconhecimento ou falta de ciência acerca dos fatos narrados no demonstrativo de débitos, nem tampouco nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do art. 523, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. São Paulo, 11/01/2023.



% Utilização	0%	7%	20%	38%	59%	82%	100%
Valor Presente do AFD	166	7.946	14.363	16.404	16.609	15.295	10.315

		31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação Líquido	Líquido	
	Taxa média anual - %				
Equipamentos de informática (a)	20	49.644	(28.885)	20.759	28.447
Beneficiárias (b)	11 a 13	4.630	(2.366)	2.264	2.753
Telefonia	20	443	(443)	66	66
Móveis e utensílios	10	833	(357)	476	546
Direito de uso - imóveis e equipamentos (c)	13 a 33	29.986	(4.258)	25.728	9.957
Imobilizado em Andamento		622	-	622	-
Total		86.158	(36.309)	49.849	41.769

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

		Saldos em 31 de dezembro de 2021		Aquisições	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2022	
		Taxa média anual - %	Custo	Amortização	Líquido	Taxa média anual - %	Custo
Equipamentos de informática (a)	20	28.447	2.141	(9.829)	20.759	20	28.447
Beneficiárias (b)	11 a 13	2.753	63	(552)	2.264	11 a 13	2.753
Telefonia	20	66	-	(66)	-	20	66
Móveis e utensílios	10	546	12	(82)	476	10	546
Direito de uso - imóveis e equipamentos (c)	13 a 33	9.957	1.098	(14.673)	25.728	13 a 33	9.957
Imobilizado em Andamento		-	622	-	622		-
Total			41.769	3.936	4.144		49.849

Refere-se a equipamentos de informática, primordialmente servidores da plataforma de dados da Sociedade. Beneficiárias: Refere-se a beneficiárias em imóveis de terceiros e está sendo depreciado conforme exercício firmado no contrato de aluguel. Refere-se aos direitos de uso de imóveis da sede e equipamentos de data centers da Sociedade. Em outubro de 2022 a Sociedade em negociação com o seu fornecedor antecipou a renovação do contrato e eletuou a extensão do contrato por mais 5 anos, essa operação gerou a reversão e recálculo do arrendamento que culminou na movimentação positiva da depreciação do direito de uso.

9 Intangível

		31/12/2022		31/12/2021	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido
Plataforma de dados (a)	1 a 7	817.890	(31.580)	786.310	801.452
Software e licenciamento de software (b)	20	5.525	(2.241)	3.284	3.893
Produtos (c)	9 a 10	80.222	(18.879)	61.343	69.049
Base de dados (d)	48	87.656	(65.455)	22.201	24.737
Total			991.293	(118.155)	873.138

As movimentações do intangível são as seguintes:

		Saldos em 31 de dezembro de 2021		Aquisição	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2022	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido	Taxa média anual de amortização - %	Custo
Plataforma de dados (a)	801.452	-	(15.143)	786.310	801.452	-	(15.143)
Software e licenciamento de software (b)	3.893	541	(1.150)	3.284	3.893	541	(1.150)
Produtos (c)	69.049	-	(7.705)	61.343	69.049	-	(7.705)
Base de dados (d)	24.737	15.796	(18.332)	22.201	24.737	15.796	(18.332)
Total	899.131	16.337	(42.330)	873.138	899.131	16.337	(42.330)

(a) Refere-se a investimentos em desenvolvimento das plataformas de dados da Quod. No ativo em questão aplicou-se um método de amortização não linear, tendo taxas crescentes ao longo da sua vida útil, variando de 1-7% ao ano. O referido método reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela Sociedade. (b) Refere-se a softwares e licenças de software de terceiros utilizados no desenvolvimento da plataforma de dados da Quod, para prestação de novos serviços e produtos, bem como a implantação de plataformas de atendimento a clientes e de sistemas de gestão. Refere-se a gastos com desenvolvimento ou aquisição de novos produtos. Refere-se a gastos realizados para formação de base de dados da Sociedade. **10 Fornecedores** O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no montante de R\$ 38.925 e R\$ 45.738, respectivamente, refere-se à aquisição de bens, manutenção de software, hardware e consultorias diversas, etc.

		31/12/2022		31/12/2021	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido
Lexis Nexis Risk Solutions	(20.559)	-	(20.520)	-	(20.559)
Equinix do Brasil Solutions de Tecnologia em Informática Ltda	(500)	-	(577)	-	(500)
Outros fornecedores	(17.866)	-	(24.641)	-	(17.866)
Total	(38.925)	(45.738)	(38.925)	(45.738)	(38.925)
Circulante	(30.148)	-	(33.473)	-	(30.148)
Não Circulante	(8.777)	-	(12.265)	-	(8.777)

11 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

		31/12/2022		31/12/2021	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido
Obrigações sociais e trabalhistas	(17.160)	-	(12.061)	-	(17.160)
Provisão para férias e encargos sobre férias	(6.005)	-	(3.895)	-	(6.005)
Total	(23.165)	(15.956)	(23.165)	(15.956)	(23.165)

12 Obrigações tributárias

		31/12/2022		31/12/2021	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido
Impostos federais (PIS, COFINS, IRRF, CIDE, CSRF)	(5.504)	-	(4.501)	-	(5.504)
Imposto Municipal (ISS)	(760)	-	(550)	-	(760)
INSS	(4)	-	(5)	-	(4)
Total	(6.268)	(5.056)	(6.268)	(5.056)	(6.268)

13 Empréstimos Bancários a pagar Em 29 de setembro de 2020, a Sociedade contratou empréstimos na modalidade de Cédula de Crédito Bancária (CCB) junto aos bancos Bradesco, Santander e Safra, no montante total de R\$ 200.000, sendo R\$ 66.667 junto a cada instituição financeira. As CCB's possuem prazo total de 5 anos, com pagamento de juros semestral e amortização anual, em três parcelas iguais, a partir do final do 3º ano. A remuneração dos empréstimos é equivalente a DI + 2,70% ao ano. Os contratos não possuem covenants financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de empréstimos a pagar eram compostos conforme abaixo:

		Saldos em 31 de dezembro de 2021		Apropriações	Juros pagos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido	Taxa média anual de amortização - %	Custo
Empréstimos Bancários a pagar	(200.000)	-	(200.000)	-	(200.000)	-	(200.000)
Juros sobre Empréstimos Bancários	(5.220)	-	(8.337)	-	(8.337)	-	(8.337)
Custos de transação a apropriar	601	-	(164)	-	437	-	(164)
Total	(204.619)	(32.979)	29.698	(207.900)	(204.619)	(32.979)	29.698
Circulante	(199.569)	-	(133.060)	-	(199.569)	-	(133.060)
Não Circulante	(5.050)	-	(7.939)	-	(5.050)	-	(7.939)

14 Debêntures a pagar Em agosto de 2019, ocorreu a 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos da Sociedade. O valor total da emissão foi de R\$ 250.000, com remuneração equivalente a DI+0,60% ao ano, pagas semestralmente. A escritura das debêntures previa a observância pela Sociedade do índice financeiro de Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0, devendo a primeira apuração ser realizada com base nas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Como a Sociedade não cumpriu o respectivo índice em uma determinada apuração, deveria ser convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Em 24 de setembro de 2020, foi aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debenturistas da Sociedade o 2º Aditivo à Escritura, prevendo novas condições de limite de endividamento da Sociedade, bem como a alteração da remuneração para DI + 2,70% ao ano. O aditivo alterou ainda a necessidade de observância pela Sociedade do índice financeiro de Dívida Líquida/ EBITDA igual ou inferior a 3,0. Tal índice passa a ser observado somente nos casos em que a Sociedade contrate dívida que resulte em endividamento total igual ou superior a R\$ 600.000. Em 06 de julho de 2022, foi aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas a postergação da amortização, conforme originalmente prevista no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, de 22 de julho de 2022 para a nova data de 22 de abril de 2023. Ainda nesta data, foi deliberado o pagamento do prêmio no montante equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) calculado sobre o saldo devedor das Debêntures no dia do pagamento do prêmio, realizado aos Debenturistas no dia 08 de julho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de Debêntures a pagar eram compostos conforme abaixo:

	Saldos em 31 de			Juros	Saldos em 31 de
	dezembro de 2021	Apropriações	Prêmio	pagos	dezembro de 2022
Debentures a pagar	(250.000)	(223)	931	-	(249.292)
Juros sobre Debêntures	(10.233)	(36.942)	-	29.600	(17.575)
Custos de transação a apropriar	339	(131)	-	-	208
Total	(259.894)	(37.296)	931	29.600	(266.659)

15 Provisões para Contingências No encerramento do exercício, a Sociedade era parte envolvida em processos judiciais civis no valor de R\$ 1.391 (R\$ 3.567 em 31 de dezembro de 2021) classificados como "possíveis". Com base nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade, o risco de perda dos processos civis classificados como "prováveis" era de R\$ 229 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 750 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a movimentação dos saldos das Provisões de Contingências eram compostos conforme abaixo:

		31/12/2021		Adições	Baixas	31/12/2022	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido	Taxa média anual de amortização - %	Custo
Provisão para Contingências Cíveis	(750)	-	(50)	571	(229)	-	(50)
Total	(750)	(50)	571	(229)	(750)	(50)	571
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021			
Provisão para Contingências Cíveis	(199)	(693)	142	(750)	-	(199)	(693)
Total	(199)	(693)	142	(750)	(199)	(693)	142

16 Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, os valores do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento a pagar são de R\$ 25.728 (em 2021 era R\$ 9.957) e R\$ 26.898 (em 2021 era R\$ 11.393), respectivamente.

Movimentação dos direitos de uso

	Saldos em				Saldos em
	31/12/2021	Baixa 2022	Reajuste 2022	Depreciação	31/12/2022
Data-center	5.940	(5.940)	23.176	(1.160)	22.016
Imóveis	4.017	-	542	(847)	3.712
Total	9.957	(5.940)	23.718	(2.007)	25.728

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	Saldos em 31/12/2021	Baixa 2022	Reajuste 2022	Juros	Pagamentos	Saldos em 31/12/2022
Data-center	6.423	(6.423)	23.176	397	(1.375)	22.198
Imóveis	4.970	-	542	532	(1.344)	4.700
Total	11.393	(6.423)	23.718	929	(2.719)	26.898

Cronograma de vencimento de arrendamentos a pagar de longo prazo

Período	Valor
2024-2025	6.878
2025-2026	6.878
2026-2027	6.878
2027	4.469
Total	25.103

Juros estimados do período de 2024 a 2027

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado com base nos fluxos de caixa projetados, descontados a taxa média dos contratos de 7% ao ano. **17 Passivo Financeiro** Em 30 de junho de 2020, a Administração iniciou sua operação com os ativos Plataforma de Dados Quod e Produtos Relatório e Score de Crédito que encontravam-se nas condições necessárias para operar da forma pretendida pela Sociedade. Como na data de início de uso desses ativos ainda havia liquidações previstas, a mensuração do custo remanescente desses ativos foi realizada com base no valor presente das contraprestações futuras ainda não liquidadas. O registro do valor presente dos ativos em questão foi realizado em contrapartida a um passivo financeiro, uma vez que com a entrega dos ativos da forma pretendida pela Administração, a Sociedade passa a não ter o direito incondicional de evitar a entrega de caixa para liquidar sua obrigação contratual. O passivo financeiro é atualizado anualmente pela inflação brasileira e americana, sendo a última contraprestação prevista para setembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos Passivos Financeiros a pagar eram compostos conforme abaixo:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Apro-pria-ções	Paga-mentos	Varia-ção Cambial	Variação Mon-etária	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Passivo Financeiro de Fornecedores	571.548	-	(89.589)	(12.234)	29.959	498.684
Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores	(14.892)	4.537	-	-	-	(10.355)
Total	556.656	4.537	(89.589)	(12.234)	29.959	488.329
Circulante	85.771	-	-	-	-	84.385
Não Circulante	470.885	-	-	-	-	394.944

	em 31 de dezembro de 2020	Apro-pria-ções	Paga-mentos	Varia-ção Cambial	Variação Mon-etária	em 31 de dezembro de 2021
Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar	581.348	-	(72.593)	40.171	22.622	571.548
Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores	(20.129)	5.237	-	-	-	(14.892)
Total	561.219	5.237	(72.593)	40.171	22.622	556.656
Circulante	64.862					85.771
Não Circulante	496.357					470.885

		31/12/2022		31/12/2021	
		Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido
Adiantamento de clientes	(1.707)	-	(2.224)	-	(1.707)
Devolução de Clientes	(30)	-	(750)	-	(30)
Provisão para Contingências Cíveis	15	-	(8.006)	-	(8.006)
Provisão de Fornecedores	(9.972)	-	(5.944)	-	(9.972)
Total	(1.707)	(2.224)	(1.707)	(2.224)	(1.707)

19 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade e seus acionistas operações com partes relacionadas, tais como aplicações financeiras, contas a pagar, despesas com benefícios, entre outros. A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições

técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos Bancos, sendo alguns desses seus acionistas diretos ou indiretos. Os quadros a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da Sociedade, discriminados por modalidade de operação, acionista, bem como as correspondentes receitas e despesas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:



GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021



GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11





Demonstrações Financeiras 2022

→ continuação

>>> Divulgação de Resultados 4T22 & 2022

DESPESAS OPERACIONAIS						
Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Despesas Operacionais	-717.520	-519.653	38,1%	-2.210.989	-1.620.634	36,4%
% <i>Receita Líquida</i>	36,2%	30,9%	5,3 p.p	35,3%	31,8%	3,6 p.p
(+) <i>Impactos IFRS16 nas Despesas</i>	-66.026	-61.058	8,1%	-258.867	-226.695	14,2%
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-783.546	-580.711	34,9%	-2.469.855	-1.847.329	33,7%
% <i>Receita Líquida</i>	39,5%	34,5%	5 p.p	39,5%	36,2%	3,2 p.p
Vendas (ex-IFRS)	-645.480	-467.858	38,0%	-2.062.919	-1.555.201	32,6%
% <i>Receita Líquida</i>	32,5%	27,8%	4,8 p.p	33,0%	30,5%	2,5 p.p
Gerais e Administrativas (ex-IFRS)	-140.118	-91.387	53,3%	-419.355	-277.088	51,3%
% <i>Receita Líquida</i>	7,1%	5,4%	1,8 p.p	6,7%	5,4%	1,3 p.p
Outras Receitas/Despesas Operacionais (ex-IFRS)	2.052	-21.466	109,6%	12.419	-15.040	182,6%

Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização

O Grupo SBF apresentou -R\$ 783,5 milhões de Despesas Operacionais (ex-IFRS) no 4T22, aumento de 34,9% comparado ao 4T21. No ano, o aumento foi de 33,7%, totalizando -R\$ 2.469,9 bilhões.

No trimestre, as despesas operacionais (ex-IFRS) como % da receita líquida foram de 39,5%, um aumento de 5,0 pontos percentuais. Houveram três tipos de fatores que contribuíram para esse aumento:

(i) Aumentos estruturais - causados pela própria dinâmica do negócio ou por necessidades de investimentos essenciais. Os principais impactos foram: o *share* maior dos canais DTC de Fisia, que possui despesas maiores do que o atacado, aumento de *marketing fees* pagos para a Nike Inc e o aumento de gastos com segurança da informação. Esses aumentos representaram 1,9 pontos percentuais;

(ii) Aumentos discretários - decisões de investimentos em linhas específicas de despesas que são consideradas importantes para o crescimento da Companhia, mas que não geraram resultado positivo no curto prazo. Os principais impactos foram: o aumento de despesas de marketing, aumento de áreas como marketing, logística, Ventures e estratégia, e enquadramentos de salários e benefícios da Companhia. Esses aumentos representaram 2,3 pontos percentuais; e

(iii) Efeitos extraordinários - os principais impactos são a taxa de administração de cartão, que havia sido cobrada a menos pelas adquirentes nos trimestres anteriores de 2022 e que foi ajustada retroativamente no 4T22, e o impacto de desconto de aluguel no 4T21, ainda herança das negociações da pandemia, que não se replicou no 4T22. Os impactos extraordinários representaram 0,8 pontos percentuais.

EBITDA						
Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Lucro Líquido	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%
(+) Imposto de renda e CSS	-16.997	127.588	-113,3%	730	157.992	-99,5%
(+) Resultado financeiro líquido	-69.635	-27.551	152,7%	-241.732	-152.927	58,1%
(+) Depreciação e amortização	-83.304	-67.835	22,8%	-329.381	-287.785	14,5%
(=) EBITDA	226.606	271.023	-16,4%	727.804	709.203	2,6%
Margem EBITDA	11,4%	16,1%	-4,7 p.p	11,6%	13,9%	-2,3 p.p
(+) <i>Impactos IFRS16 nas Despesas</i>	-66.026	-61.058	8,1%	-258.867	-226.695	14,2%
EBITDA (ex-IFRS)	160.580	209.967	-23,5%	468.936	482.508	-2,8%
Margem EBITDA (ex-IFRS)	8,1%	12,5%	-4,4 p.p	7,5%	9,5%	-2 p.p

O EBITDA (ex-IFRS) do Grupo atingiu R\$ 160,6 milhões no 4T22 com margem EBITDA de 8,1%, uma contração de -4,4 pontos percentuais de margem em comparação com o resultado do 4T21. Encoramos o ano com um EBITDA de R\$ 468,9 milhões, uma queda de -2,8% quando comparado ao ano de 2021, e margem EBITDA (ex-IFRS) de 7,5%, uma contração de -2,0 pontos percentuais.

A queda da margem EBITDA no trimestre e no ano é justificada pela queda da margem bruta da Centauro, aumento de despesas focadas no crescimento do Grupo SBF e aumento das despesas da Centauro visando um crescimento de receita acima do que foi realizado.

RESULTADO FINANCEIRO						
Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Receitas (Despesas)						
Finanças Líquidas	-69.635	-27.551	152,7%	-241.732	-152.927	58,1%
(+) <i>Despesa Financeira - Direito de Uso (IFRS)</i>	33.013	32.998	0,0%	125.375	116.587	7,5%
Receitas (Despesas) (ex-IFRS)	-36.623	5.446	n.a	-116.357	-36.339	220,2%
Finanças Líquidas (ex-IFRS)						
A Companhia apresentou Resultado Financeiro (ex-IFRS) de -R\$ 36,6 milhões no trimestre ante R\$ 5,4 milhões no quarto trimestre de 2021. No ano, o Resultado Financeiro (ex-IFRS) foi de -R\$ 116,4 milhões, uma variação de 220,2% quando comparado ao ano de 2021.						
O aumento das despesas financeiras líquidas reflete o aumento do endividamento da Companhia, a redução na posição de caixa, o aumento das taxas de juros no período e um menor impacto positivo de juros sobre créditos tributários.						

LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO						
Em R\$ mil	4T22 ajustado	4T21 ajustado	Δ (%)	2022 ajustado	2021 ajustado	Δ (%)
Lucro Líquido	56.670	303.225	-81,3%	157.420	426.483	-63,1%
Margem Líquida	2,9%	18,0%	-15,2 p.p	2,5%	8,4%	-5,8 p.p
(+) <i>Impactos IFRS16 nas Despesas</i>	-66.026	-61.058	8,1%	-258.867	-226.695	14,2%
(+) <i>Depreciação e Amortização - Direito de Uso (IFRS16)</i>	46.821	42.908	9,1%	182.565	174.549	4,6%
(+) <i>Despesas Financeiras - Direito de Uso (IFRS16)</i>	33.013	32.998	0,0%	125.375	116.587	7,5%
(+) <i>Imposto de Renda (IFRS16)</i>	0	-4.900	100,0%	0	-19.062	100,0%
Lucro Líquido (ex-IFRS)	70.478	313.175	-77,5%	206.493	471.863	-56,2%
Margem Líquida (ex-IFRS)	3,6%	18,6%	-15 p.p	3,3%	9,2%	-5,9 p.p

Neste 4T22, o Grupo SBF registrou Lucro Líquido (ex-IFRS) de R\$ 70,5 milhões. No ano, apresentamos um Lucro Líquido (ex-IFRS) de R\$ 206,5 milhões, uma queda de -56,2% quando comparamos com o ano de 2021.

O aumento do lucro é explicada pelo aumento de despesas operacionais, pelo aumento das despesas financeiras e por uma base de comparação no imposto de renda de 2021 beneficiada pelo reconhecimento de R\$185,9 milhões de imposto de renda diferido extemporâneo que se encontrava fora do balanço.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO						
Em R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021	Δ (%)			
Contas a receber	1.715.172	1.330.303	28,9%			
Tributos e IR a compensar	574.406	611.081	-6,0%			
Estoques	1.737.002	1.042.336	66,6%			
Outras contas a receber	81.597	84.279	-3,2%			
	4.108.177	3.067.999	33,9%			
Outras contas a pagar	180.356	442.552	-59,2%			
Fornecedores de revenda	1.561.547	914.294	70,8%			
Obrigações tributárias	225.628	134.048	68,3%			
Arrendamento a pagar	278.072	195.561	42,2%			
Obrigações Trabalhistas	191.851	157.520	21,8%			
Outras Obrigações	152.851	20.073	n.a			
	2.590.305	1.864.048	39,0%			
Capital de Giro Líquido¹	1.517.872	1.203.951	26,1%			

(1) Valor referente a 2021 ajustado em relação ao apresentado em 2021 nas linhas do Passivo Circulante

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa, Dívida e Parcelamento de Tributos e incluindo Antecipação de Recebíveis.

O Grupo SBF apresentou aumento em seu Capital de Giro Líquido, na comparação com o 4T21, aumentando de R\$ 1.203,9 milhões para R\$ 1.517,9 milhões, um crescimento de 26,1%, em linha com o crescimento observado no ano até agora 22,5%.

O aumento de estoque observado no período é justificado por: (i) uma normalização nas cadeias globais de suprimento no trimestre, que resultaram em um alto volume de recebimentos para a Fisia, inclusive de mercadorias programadas para serem recebidas em 2023; (ii) o crescimento dos canais DTC da Fisia, inclusive 3P que tem uma dinâmica diferente do atacado pois necessitam da formação de um estoque inicial e; (iii) uma venda abaixo do esperado para Centauro no trimestre, que resultou em um acúmulo de estoque acima do desejado e que será ajustado ao longo de 2023.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL						
Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
EBITDA	272.852	249.629	9,3%	749.535	704.342	6,4%
Depreciação e Juros IFRS 16	-79.835	-75.906	5,2%	-307.941	-291.136	5,8%
Variação Capital de Giro¹	163.897	200.444	-18,2%	-313.921	-147.116	113,4%
Outros	55.851	-196.597	128,4%	31.241	-62.953	149,6%
Fluxo de Caixa Operacional	412.765	177.570	132,5%	158.913	203.136	-21,8%
M&A	0	0	n.a	-37.669	-48.555	-22,4%
Outros	-152.734	-100.131	52,5%	-341.232	-284.256	20,0%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-152.734	-100.131	52,5%	-378.901	-332.811	13,8%
Dívida²	-90.370	-80.682	12,0%	149.949	165.731	-9,5%
Antecipação de Recebíveis	0	0	n.a	0	-4.241	n.a
Parcelamento de Impostos	-8.022	-10.288	-22,0%	-39.357	-4.805	n.a
Dividendos	0	0	n.a	-28.637	0	n.a
Capital	83	1.904	-95,6%	6.997	8.042	-13,0%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	-98.309	-89.066	10,4%	88.952	164.727	-46,0%
Variação de Caixa Total	161.722	-11.627	n.a	-131.036	35.053	n.a

(1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;

(2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

O Fluxo de Caixa Operacional foi positivo em R\$ 412,8 milhões no 4T22, impactado principalmente pela geração de caixa natural da Companhia no último trimestre do ano - efeito que é justificado pelo baixo índice de pagamentos à fornecedores no período, dado o PMP médio da Companhia. No 4T21, a linha de Outros foi principalmente impactada pela transferência de créditos de ICMS de Fisia de Curto Prazo, devido à expectativa de consumo após acesso ao corredor de importação, revertendo o efeito positivo mostrado em 3T21. No 4T22, houve o retorno parcial do Longo para o Curto Prazo destes ativos tributários, impactando a linha de Outros positivamente.

O Fluxo de Caixa de Investimentos foi majoritariamente explicado por investimentos em tecnologia e nas aberturas de lojas do Grupo SBF (Centauro G5 e, para Fisia, Nike Value Store e Nike Direct Inline Store), além dos investimentos em M&As de SBF Ventures ao longo do ano.

O Fluxo de Caixa de Financiamentos manteve-se estável quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, contando os pagamentos de juros sobre empréstimos e debêntures, além dos parcelamentos de impostos estaduais e federais como os mais representativos.

ENDIVIDAMENTO						
Em R\$ mil	31/12/2022 ajustado	31/12/2021 ajustado	Δ (%)			
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.133.562	823.778	37,6%			
(-) Caixa e Equivalentes	418.311	549.347	-23,9%			
(=) Dívida Líquida	715.251	274.431	160,6%			
(+) Antecipação de Recebíveis	0	0	n.a			
(+) Parcelamento de Tributos	112.389	151.746	-25,9%			
(=) Dívida Líquida Ajustada	827.640	426.177	94,2%			
Dívida Líquida AJ/EBITDA AJ. (Últ. 12 meses)	1,14x	0,60x	0,54x			
Dívida Líquida AJ/EBITDA AJ. (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	1,76x	0,88x	0,88x			

O aumento do saldo de empréstimos e financiamentos do terceiro trimestre de 2022, quando comparados ao mesmo período de 2021, refletem as novas dívidas tomadas para financiar o crescimento da companhia e suas necessidades de investimento.

INVESTIMENTOS - CAPEX						
Em R\$ mil	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Novas Lojas	70.521	21.328	230,6%	116.156	75.361	54,1%
Reformas	15.908	25.613	-37,9%	37.820	72.969	-48,2%
Tecnologia e Inovação	33.705	31.830	5,9%	116.715	93.821	24,4%
Logística	20.078	1.084	n.a	31.205	5.954	n.a
Outros	12.522	20.276	-38,2%	39.336	36.151	8,8%
Total Investimentos	152.734	100.131	52,5%	341.232	284.256	20,0%
O CAPEX do 4T22 teve um aumento de 52,5% quando comparado ao 4T21, reflexo do começo da expansão das lojas Nike no Brasil, com 9 inaugurações de lojas dos formatos Nike Value e Nike Direct Inline, e das 4 reformas de lojas Centauro para o modelo G5 no trimestre, além da aceleração em investimentos em projetos estruturantes de tecnologia e logística.						
No ano, o CAPEX apresentou um aumento de 20,0%, refletindo, principalmente, os investimentos em tecnologia, como as migrações sistêmicas do ERP da Centauro e Fisia, a internalização da plataforma digital de nike.com.br e a inauguração de novas lojas Nike no país.						
BALANÇO PATRIMONIAL						
Em R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021				
Ativo	8.470.247	7.146.492				
Circulante	4.526.488	3.617.346				
Caixa e equivalentes de caixa	418.311	549.347				
Contas a receber	1.711.003	1.301.044				
Instrumentos financeiros derivativos	4.169	29.259				
Tributos a compensar	525.351	601.308				
IR e CS a compensar	49.055	9.773				
Estoques	1.737.002	1.042.336				
Outras contas a receber	81.597	84.279				
Não Circulante	3.943.759	3.529.146				
Contas a receber	0	27				
Tributos a compensar	146.880	272.981				

Em R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021
IR e CS a compensar	93.055	117.127
Mútuos a receber	10.036	0
Ativo fiscal diferido	841.811	756.103
Depósitos judiciais	291.673	148.449
Outros valores a receber	67.727	72.675
Investimentos	5.001	0
Imobilizado	571.951	430.112
Intangível	487.453	403.830
Direito de uso	1.428.172	1.327.840
Passivo	8.470.247	7.146.492
Circulante	2.948.338	2.161.217
Fornecedores	1.561.547	914.294
Empréstimos e financiamentos	86.082	129.733
Debêntures	191.836	77.743
Instrumentos financeiros derivativos	39.612	4.617
Obrigações tributárias	192.684	82.697
IR e CS a recolher	32.944	51.351
Impostos parcelados	47.030	61.056
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	191.851	157.520
Dividendos a pagar	33.085	28.637
Arrendamentos a pagar	278.072	195.561
Outras contas a pagar	140.744	437.935
Outras Obrigações	152.851	20.073
Não Circulante	3.112.055	2.760.640
Empréstimos e financiamentos	81.997	165.260
Debêntures	773.647	451.042
Impostos parcelados	65.659	90.690
Passivo fiscal diferido	0	0
Provisões para contencioso	559.713	619.431
IR e CS diferidos	9.724	0
Arrendamentos a pagar	1.358.170	1.295.100
Outras Obrigações	123.874	122.989
Outras contas a pagar	139.571	16.128
Patrimônio Líquido	2.408.854	2.224.635
Capital social	1.830.524	1.823.527
Reservas de capital	261.528	224.967
Reservas de lucro	331.702	159.770
Ajustes de avaliação patrimonial	-15.157	15.726
Lucros acumulados	1.257	645

FLUXO DE CAIXA		
Em R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	204.602	497.831
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	353.780	324.249
Juros	303.459	231.407
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.994	820
Resultado de equivalência patrimonial	-210	0
Pagamento baseado em ações	36.561	30.507
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	-1.927	18.542
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	0	0
Baixa residual arrendamentos	-30	-2.247
Provisão para obsolescência do estoque	46.948	36.293
Ajuste a valor presente, líquido	0	-1.575
Constituição líquida de provisão para contencioso	-18.161	108.965
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indêbitos tributários	0	-85.771
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS	0	-39.734
Imposto de renda e contribuição social corrente	127.140	57.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-113.529	-345.239
Descontos sobre arrendamentos	-10.108	-23.765
	930.519	807.973



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	Saldo Contábil (%)Taxa média de	Provisão para Com problemas
	Bruto 31/12/2021	perda estimada perda esperada de recuperação
Reserva específica	2.686	100,00% (2.686)
Receíveis de atacado	159.296	0,28% (452)
Receíveis de varejo	1.142.227	0% —
Total	1.304.209	(3.138)

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

	31/12/2022	31/12/2021
Aging		
Vencidos acima de 120 dias	1.468	2.439
Vencidos acima de 90 dias	3.049	548
Vencidos até 90 dias	820	525
Vencidos até 60 dias	6.722	2.464
Vencidos até 30 dias	11.674	2.053
A vencer até 30 dias	758.139	544.184
A vencer de 31 a 60 dias	340.890	364.849
A vencer de 61 a 90 dias	198.005	145.943
A vencer de 91 a 120 dias	119.596	71.019
A vencer acima de 121 a 180 dias	153.007	90.464
A vencer de 181 a acima de 365 dias	119.068	79.561
Total	1.712.438	1.304.209

8. ESTOQUES - CONSOLIDADO

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos do Grupo é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Caso o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2 Composição:** Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão para perdas:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria de revenda (lojas)	782.840	376.487
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	542.763	491.209
Importação em andamento	405.054	166.215
Almoxnarido	6.345	8.425
Total	1.737.002	1.042.336

Movimentação de provisão para perdas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(19.520)	(30.235)
Adição	(46.948)	(36.293)
Perdas efetivas nos estoques	57.856	47.008
Saldo Final	(8.612)	(19.520)

O Grupo constituiu provisão de R\$ 46.948 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 36.293 em 31 de dezembro de 2021). A provisão de R\$ 8.612 (R\$ 19.520 em 31 de dezembro de 2021) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a média de perdas históricas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a perdas efetivas é de R\$ 57.856 (R\$ 47.008 em 31 de dezembro de 2021).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratadas em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração do valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Contratos de câmbio utilizados para Hedge - Ativo	4.169	29.259
Contratos de câmbio utilizados para Hedge - Passivo	(39.612)	(4.617)
Total	(35.443)	24.642

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilização de hedge são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (a)	451.422	334.086
PIS (b)	36.150	93.720
COFINS (b)	162.375	426.903
IRRF	11.521	1.947
INSS	10.178	17.633
Outros	585	—
Total	672.231	874.289
Circulante	525.351	601.308
Não circulante	146.880	272.981

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes das controladas SBF Comércio e Fisla e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio. (b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: As controladas do Grupo SBF ingressaram com ações judiciais em 2006 para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, julgadas favoráveis em 2019, momento em que reconhecou o crédito tributário de PIS e COFINS. A controlada Fisla reconheceu o montante bruto de R\$ 699.383 relativos ao exercício de apuração de 2004 a 2019. A controlada Fisla reconheceu o montante de R\$318.435 relativos ao exercício de apuração de 2009 a 2017. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos créditos de tributos a compensar do ativo circulante a serem utilizados era de R\$ 525.351 e a expectativa de utilização desses créditos é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no balanço patrimonial. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL sobre Selic (a)	93.055	85.771
IRPJ/CSLL	49.055	41.129
Total	142.110	126.900
Circulante	49.055	9.773
Não circulante	93.055	117.127

(a) As controladas do Grupo, SBF Comércio e Fisla ajustaram ação judicial durante o período de 2018 a 2019, para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito (RI) tributário. Em 24 de setembro de 2019, o STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), onde houve decisão favorável ao contribuinte. O Grupo realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23 / ICP 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, registrando em suas demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 2021 um crédito de R\$ 85.771, sendo R\$ 79.220 de principal e R\$ 6.550 de atualização monetária e R\$ 34.900 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos exercícios em que o Grupo apurou base fiscal negativa. Os valores estão sendo atualizados e serão utilizados somente após o trânsito em julgado da ação.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - CONSOLIDADO

12.1 Políticas contábeis: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo não reconhecidos somam a projeção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **12.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos	2022	2021	Passivos	2022	2021	Líquido	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	407.935	447.480	—	—	407.935	447.480	—	—	—
Provisões gerais e contingências	124.141	141.049	—	—	124.141	141.049	—	—	—
Provisões gerais e contingências (passivo)	—	—	(8.231)	—	—	(8.231)	—	—	—
Provisão para estoques	21.239	4.534	—	—	21.239	4.534	—	—	—
Provisão de bônus	14.593	14.593	—	—	14.593	14.593	—	—	—
Depreciação/arrendamento	314.915	226.574	(181.790)	(169.605)	133.125	56.969	—	—	—
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473	—	—	—
Mais valia Fiducian	—	—	(1.493)	—	—	(1.493)	—	—	—
Lucro nos estoques	131.305	82.005	—	—	131.305	82.005	—	—	—
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	1.085.178	987.285	(253.091)	(231.182)	832.087	756.103	—	—	—
Montante passível de compensação	(243.367)	(231.182)	243.367	231.182	—	—	—	—	—
Imposto líquido (ativos) passivos	841.811	756.103	(9.724)	(9.724)	832.087	756.103	—	—	—

Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido: As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de projeção:** O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilidade das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo nos exercícios demonstrados no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. Conforme política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos aqui está representada abaixo (consolidado):

Ano	SBF Comércio	Fisla	Demais empresas*	31/12/2022
2022	7.305	23.595	3.794	34.694
2023	2.253	38.669	4.103	45.025
2024	12.274	53.194	4.550	70.018
2025	26.136	71.454	5.141	102.731
2026	35.498	83.245	5.596	124.439
2027	49.847	40.186	6.195	96.228
2028	65.270	—	6.839	72.109
2029	87.262	—	7.657	94.919
2030	71.047	—	130.601	201.648
Total	356.892	310.443	174.476	841.811

(*) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de

compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é pereña, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 9º ano. **Taxa de crescimento da receita:** Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 12,4%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquido baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho médio anual de 0,33 p.p. para o período. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 841.811. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios:

	2022	2021
Prejuízo tributário	339.015	115.265
Depreciação/arrendamento	100.216	193
Provisões gerais e contingências	71.054	24.158
Provisões gerais e contingências (passivo)	(6.209)	(2.111)
Provisão de bônus	20.894	7.104
Provisão para estoques	10.481	3.537
Diferido não constituído	535.938	182.219

Os efeitos tributários dos ativos fiscais não reconhecidos estão sendo demonstrado por natureza abaixo:

	Base não constituído	Efeito tributário
Prejuízo fiscal	339.015	115.265
Provisões efeito ajuste a valor presente	567	193
Depreciação/arrendamento	100.216	193
Provisões gerais e contingências	71.054	24.158
Provisões gerais e contingências (passivo)	(6.209)	(2.111)
Provisão de bônus	20.894	7.104
Provisão para estoques	10.481	3.537
Diferido não constituído	535.938	182.219

As informações no nível das controladas estão demonstradas abaixo:

	Grupo SBF S.A. (Controladora)	SBF Comércio	Demais empresas(*)	Consolidado
	Efeito	Efeito	Efeito	Efeito
	Base tributário	Base tributário	Base tributário	Base tributário

2022	Prejuízos fiscais acumulados	159.140	54.108	146.763	49.899	33.112	11.258	339.015	115.265
	Despesas temporárias	44	15	80.018	27.206	284.612	96.768	364.674	123.989
	Receitas temporárias	(12)	(4)	—	—	(167.739)	(57.031)	(167.751)	(57.035)
	Total	159.172	54.119	226.781	77.105	149.985	50.995	535.938	182.219

(*) Dentro das demais empresas está controla NNB, VBlog e Premier.

Movimento das diferenças temporárias: A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Reconhecidos no resultado	Ágio corrente	Imposto sobre lucro	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	447.480	(12.955)	9.473	(36.063)	407.935
Provisões gerais e contingências	141.049	(16.908)	—	—	124.141
Provisões gerais e contingências (passivo)	—	(8.231)	—	—	(8.231)
Provisão para estoques	4.534	16.705	—	—	21.239
Provisão de bônus	14.593	—	—	—	14.593
Depreciação / arrendamento	56.969	76.156	—	—	133.125
Ágio	9.473	9.462	(9.462)	—	9.473
Mais valia Fiducian	—	—	(1.493)	—	(1.493)
Lucro nos estoques	82.005	49.300	—	—	131.305
Imposto líquido ativo (passivo)	756.103	113.529	(1.482)	(36.063)	832.087

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2022
Saldo em 31/12/2021	205.020	519.065
Reconhecidos no resultado	34%	34%
Ágio corrente	—	—
Imposto sobre lucro	—	—
Saldo em 31/12/2022	205.020	519.065

Lucro antes dos impostos

Alíquota fiscal combinada

Imposto de renda e contribuição social

pela alíquota combinada

Adições permanentes:

Despesas não dedutíveis

Exclusões permanentes:

Incentivo fiscal

Receitas não tributáveis

Outros itens:

Efeito no resultado de equivalência patrimonial

Provisão sem constituição de impostos diferidos

Efeito de impostos diferidos não reconhecidos

em exercícios anteriores (a)

Efeito IR sobre Gratificação à administradores

PAT

Base Isenta Adicional IRPJ 10%

Outros

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente

no resultado do exercício

Diferido

Alíquota efetiva

(a) No ano de 2021, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a controlada Fisla contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 295.147. Ainda no mesmo ano, após análises de projeção e realização do ativo fiscal diferido de empresas controladas do Grupo, houve a baixa no montante de R\$ 42.371 decorrente da revisão das estimativas de lucro tributável futuro de controladas. No ano de 2022, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a controlada SBF Comércio contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 66.424.



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Controleladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro(Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	99,96%	5.553.448	4.493.770	1.059.678	(159.186)	900.154	80.310	(20.635)	59.652
VBLOG Logística	99,00%	75.292	58.956	16.336	(9.454)	6.813	13.911	(5.424)	8.402
Store Engenharia	100%	66.974	349.580	(282.606)	—	(282.606)	(36.399)	—	(36.399)
Pine Participações	100%	1	72.540	(72.539)	—	(72.539)	3.873	—	(3.873)
Fisica Comércio	100%	2.490.194	616.557	1.873.637	—	1.873.637	533.714	—	533.714
Network Participações	100%	14.091	4.608	9.483	—	9.483	623	—	623
Total		8.200.000	5.596.011	2.603.989	(168.640)	2.434.942	596.032	(26.059)	569.865
Saldo em 01/01/2021									
SBF Comércio	840.502	—	—	—	—	—	—	—	59.652
VBLOG Logística	(1.590)	—	—	—	—	—	—	—	8.402
Store Engenharia	(246.207)	—	—	—	—	—	—	—	(36.399)
Pine Participações	(76.412)	—	—	—	—	—	—	—	(3.873)
Fisica Comércio	1.661.522	—	(215.080)	(127.802)	4.146	3.207	(5.703)	533.714	1.854.009
Network Participações	—	63.493	—	4.000	—	—	(2.393)	623	65.723
Total	2.177.820	63.493	(215.080)	(123.802)	4.146	3.207	(8.096)	569.865	2.471.554

(*) AFRC - Adiantamento para futura redução de capital.

15. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

15.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e no estado necessário para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

	5 anos	5 anos	10 anos	10 anos	10 anos	2 a 10 anos
Computadores e periféricos	5 anos	5 anos	10 anos	10 anos	10 anos	2 a 10 anos
Veículos	5 anos	5 anos	10 anos	10 anos	10 anos	2 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 anos	5 anos	10 anos	10 anos	10 anos	2 a 10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 anos	5 anos	10 anos	10 anos	10 anos	2 a 10 anos
Benefitória em imóveis de terceiros (*)	5 anos	5 anos	10 anos	10 anos	10 anos	2 a 10 anos

(*) As vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalecendo das duas a menor. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGC, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável não revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos. **15.2 Composição:**

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	20	208.628	(139.191)	69.437	54.401
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	68.839	(46.123)	22.716	17.596
Móveis e utensílios	10	272.661	(130.479)	142.182	114.803
Veículos	20	2.727	(2.727)	—	23
Benefitórias em imóveis de terceiros	14	878.704	(559.430)	319.274	229.927
Imobilizado em andamento	(a)	18.342	—	18.342	13.362
Total		1.449.901	(877.950)	571.951	430.112

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	171.522	17.526	(468)	19.998	50	208.628
Máquinas, equipamentos e ferramentas	66.164	9.472	(376)	(6.486)	65	68.839
Móveis e utensílios	230.765	16.294	(3.426)	29.025	3	272.661
Veículos	2.727	—	—	—	—	2.727
Benefitórias em imóveis de terceiros	747.591	48.343	(8.344)	91.114	—	878.704
Imobilizado em andamento (a)	13.362	138.631	—	(133.651)	—	18.342
Custo do imobilizado	1.232.131	230.266	(12.614)	—	118	1.449.901
Computadores e periféricos	(117.121)	(22.359)	289	—	—	(139.191)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(48.568)	(3.439)	5.884	—	—	(46.123)
Móveis e utensílios	(115.962)	(17.385)	2.868	—	—	(130.479)
Veículos	(2.704)	(23)	—	—	—	(2.727)
Benefitórias em imóveis de terceiros	(517.664)	(47.620)	5.854	—	—	(559.430)
Depreciação	(802.019)	(90.826)	14.895	—	(877.950)	(877.950)
Total do imobilizado líquido	430.112	139.440	2.281	—	118	571.951
(i) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformados. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas. A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:						
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição	Saldo em 31/12/2021
Computadores e periféricos	148.328	5.855	(2.180)	18.753	766	171.522
Máquinas, equipamentos e ferramentas	67.235	803	(3.815)	1.757	184	66.164
Móveis e utensílios	196.408	935	(11.519)	42.722	219	230.765
Veículos	5.248	—	(2.521)	—	—	2.727
Benefitórias em imóveis de terceiros	627.590	49.246	(28.976)	99.480	251	747.591
Imobilizado em andamento (a)	4.050	132.274	(841)	(122.121)	—	13.362
Custo do imobilizado	1.050.859	189.113	(48.852)	40.591	1.420	1.232.131
Computadores e periféricos	(105.873)	(12.989)	2.077	—	(336)	(117.121)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.121)	(4.679)	3.273	—	(41)	(48.568)
Móveis e utensílios	(108.071)	(17.192)	9.423	—	(122)	(115.962)
Veículos	(5.131)	(94)	2.521	—	—	(2.704)
Benefitórias em imóveis de terceiros	(488.308)	(38.691)	14.028	(4.466)	(227)	(517.664)
Depreciação	(754.504)	(73.645)	31.322	(4.466)	(726)	(802.019)
Total do imobilizado líquido	296.355	115.468	(18.530)	36.125	694	430.112

16. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

16.1 Política contábil: Ativo: O ativo resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirente; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ativo é testado para impairment anualmente em 31 de outubro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ativo através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ativo se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ativo não podem ser revertidas em períodos futuros. **Marcas direito e patente:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (função de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisica. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Fundo de comércio	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Softwares e aplicativos	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Marcas e patentes	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Contrato de distribuição	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Carteira de clientes	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Tecnologia	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.	5 anos	5 anos	10 - 20 anos	10 anos	10 anos	10 anos

16.2 Composição:

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.502	(11.201)	7.301	4.074
Software	20	504.701	(230.175)	274.526	193.115
Marcas direito e patente	10	7.425	(43)	7.382	5.743
Software em andamento	—	472	—	472	2.377
Contrato de distribuição	10	164.821	(34.338)	130.483	146.965
Carteira de clientes	10	4.024	(762)	3.262	1.878
Tecnologia	10	11.618	(2.130)	9.488	9.466
Ativo por expectativa de rentabilidade futura	—	54.539	—	54.539	40.115
Total		766.102	(278.649)	487.453	403.830

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em			Transferências	Aquisição	Saldo em
	01/01/2022	Adições	Baixas	entre rubricas	Fidante	31/12/2022
Fundo de comércio	16.058	3.249	(2.005)	1.200	—	18.502
Software (a)	365.098	134.184	(2)	4.268	1.153	504.701
Marcas direito e patente	5.930	—	(501)	—	1.996	7.425
Software em andamento	2.377	3.563	—	(5.468)	—	472
Contrato de distribuição	164.821	—	—	—	—	164.821
Carteira de clientes	2.008	—	—	—	2.016	4.024
Tecnologia	11.618	—	—	—	—	11.618
Ativo por expectativa de rentabilidade futura	40.115	7.732	—	—	6.692	54.539
Custo do intangível	608.025	148.728	(2.508)	—	11.857	766.102
Fundo de comércio	(11.984)	(1.223)	2.006	—	—	(11.201)
Software	(171.983)	(58.196)	4	—	—	(230.175)
Marcas direito e patente	(187)	—	114	—	—	(43)
Contrato de distribuição	(17.856)	(16.482)	—	—	—	(34.338)
Carteira de clientes	(33)	(729)	—	—	—	(762)
Tecnologia	(2.152)	22	—	—	—	(2.130)
Amortização	(204.195)	(76.608)	2.124	—	—	(278.649)
Total do						
Ativo Intangível	403.830	72.120	(384)	—	11.857	487.453

(a) As adições refere-se substancialmente às migrações sistêmicas de ERP da SBF Comércio e da Fisica, veja mais detalhes demonstrados na Nota 3.9. **Composição do ativo:** O ativo identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs); Segue um resumo da alocação do ativo por nível de UGC:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Aquisição	Saldo em 31/12/2021
Fundo de comércio	16.692	—	(634)	—	—	16.058
Software	265.150	99.867	(21)	—	102	365.098
Marcas direito e patente	43	5.887	—	—	—	5.930
Software em andamento	2.377	3.563	—	—	—	2.377
Contrato de distribuição	166.408	(1.587)	—	—	—	164.821
Carteira de clientes	—	2.008	—	—	—	2.008
Tecnologia	—	(2.152)	—	—	—	(2.152)
Amortização	(142.662)	(62.105)	643	—	(71)	(204.195)
Total do intangível líquido	305.631	98.180	(12)	—	31	403.830

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início de uso, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: — pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência, — pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, — pagamentos mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início — valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e — o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em



→ continuação



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2022	151.746
Adesão à parcelamento dos impostos	1.128
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	5.133
Parcelas pagas	(45.618)
Saldo em 31/12/2022	112.389

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

	2027 em diante					
Estado	Circulante	circulante	Total geral	2023	2024	2025
RJ	8.095	4.145	12.240	8.095	1.803	1.763
MG/SP/Outros	3.075	1.540	4.615	3.075	1.279	7
Total Estaduais	11.170	5.685	16.855	11.170	3.082	586
Parcelamentos ordinários	2.655	139	2.794	2.655	24	24
Refis Lei 11.941	20.534	53.438	73.972	20.534	20.534	12.370
Outros	12.671	6.097	18.768	12.671	6.004	18
Total Federais	35.860	59.674	95.534	35.860	26.562	12.412
Total Parcelamentos	47.030	65.359	112.389	47.030	29.644	22.593

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

22.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de férias e 13º salário	66.405	54.665
Provisões para participação nos lucros	71.563	48.210
Salários a pagar	25.259	23.972
Obrigações com pessoal a pagar	1.615	3.487
Contribuições a recolher	213	285
Pensão alimentícia	135	104
Obrigações trabalhistas	165.190	130.723
INSS a recolher	18.848	20.801
FGTS a recolher	5.745	2.885
INSS retido a recolher	2.068	3.111
Obrigações previdenciárias	26.661	26.797
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	191.851	157.520

23. DIVIDENDOS

23.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **23.2 Composição:** a) **Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2022, foram apurados R\$ 33.085 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	2022	2021
Resultado do exercício	205.017	498.157
(-) Compensação de prejuízos acumulados	—	(309.750)
(-) Reserva legal - 5%	(10.251)	(8.420)
(-) Reserva incentivos fiscais	(62.426)	(64.439)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	132.340	114.548
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	33.085	28.637
b) Dividendos a receber:	Controladora	—
Saldo em 31/12/2021	—	—
Dividendos propostos Fisca - 2021	202.924	—
Recebimento de dividendos Fisca	(202.924)	—
Dividendos intermediários Fisca - 2022	239.283	—
Recebimento de dividendos Fisca	(5.527)	—
Saldo em 31/12/2022	235.756	—

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente. **24.2 Composição:** **Controladora:** Outros créditos e outros contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue: Os valores da controladora estão sendo apresentados na nota 7, contas a receber.

	31/12/2021	Incorporação	Adição	31/12/2022
Ativo circulante - Outras contas a receber	31/12/2021	—	—	31/12/2022
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	153	(153)	—	—
Store Engenharia e Instalações Ltda.	28.193	(28.193)	—	—
Fisica Com. Produtos Esportivos S.A.	—	28.346	2.139	30.485
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	—	—	—	—
Total	28.346	—	2.139	30.485
Passivo circulante - outras contas a pagar	31/12/2021	Captações	Pagamentos	31/12/2022
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	154	4	(158)	—
Total	154	4	(158)	—

Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisica efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBL OG Logística e transportes Ltda. é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a Vbl og e a Fisica e a Vbl og, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. **Aluguéis** - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as controladas Vbl og Logística e Store Engenharia do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. **Ratelo administrativo** - A controlada SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as controladas Premier Distribuidora, Vbl og Logística, Store Engenharia, Lionie Comércio de Artigos Esportivos, Fisica Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os ratelos baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo dos exercícios. **Serviços audiovisuais** - As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisica para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referente às transações descritas acima são demonstrados no quadro a seguir:

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Grupo SBF S.A.	30.485	28.346	(1.351)	(154)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	1.721.460	1.221.976	(1.799.607)	(1.228.021)
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	1.548.635	1.059.053	(1.663.394)	(1.217.743)
Fisica Comércio de Produtos Esportivos S.A.	219.532	157.140	(68.945)	(16.720)
VBL OG Logística e Transporte Ltda.	38.565	28.731	(26.065)	(4.199)
Lionie Comércio de Art. Esportivos Ltda	—	—	—	(39)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	—	—	—	(158)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	—	—	—	(28.812)
NETWORK Participações S.A.	—	294	5.566	(90)
Neoty Prod. e Com. de Cont. Audiovisual e Serv. Digitais S.A.	303	—	—	(4.931)
Fatality TV Prod. e Com. Audiovisual e Serviços Digitais S.A.	—	—	—	(275)
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A.	—	90	—	(1)
Falcao Prod. e Com. de Cont. S.A.	—	—	—	(359)
FitDance Empreendimento Ltda.	268	—	—	—
Total	3.559.362	2.500.902	(3.559.362)	(2.500.902)

(a) As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisica, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Compras		Vendas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(2.985.059)	(2.256.251)	2.515.699	1.877.938
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	(2.515.699)	(1.877.938)	2.558.730	1.903.916
Fisica Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(720)	(12.413)	427.049	364.748
Total	(5.501.478)	(4.146.602)	5.501.478	4.146.602

	Fretes e Carretos		Aluguéis	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(58.689)	(48.319)	69	38
VBL OG Logística e Transporte Ltda.	71.627	60.611	(723)	(26)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	—	—	(14)	(12)
Fisica Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(12.936)	(12.292)	668	—
Total	—	—	—	—

	Serviços audiovisuais		Ratelo administrativo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Grupo SBF S.A.	—	—	—	(823)
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(2.274)	(1.254)	113.117	56.363
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	—	—	(565)	(10.822)
VBL OG Logística e Transporte Ltda.	—	—	(37.050)	(29.604)
Lionie Comércio de Art. Esportivos Ltda.	—	—	(1)	(118)
Pine Adm. de Bens e Participações Ltda.	—	—	(1)	(9)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	—	—	—	(102)
Fisica Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(3.049)	—	(75.500)	(14.885)
NETWORK Participações S.A.	2.274	484	—	—
Neoty Prod. e Com. de Cont. Audiovisual e Serv. Digitais S.A.	2.290	770	—	—
FitDance Empreendimento Ltda.	759	—	—	—
Total	—	—	—	—

Localização - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com o período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antôia utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de dezembro de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGP-M.

Pagamento de aluguéis durante o período

	31/12/2022	31/12/2021
VBL OG Logística e Transportes	38	33
Premier Distrib. de Vest. Equipos e Acess. Ltda.	62	51
SBF Comércio	23.897	19.222
Total	23.997	19.306

25. REMUNERAÇÃO AO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e pró labore	9.285	8.922
Participação nos lucros e resultados	—	7.480
Pagamento baseado em ações	—	8.532
Total	9.285	24.934

(a) As obrigações com aquisição de controlada referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada Fisica no montante de R\$ 139.571 (realizada em 2020) e Grupo NWB no montante de R\$ 16.128 (realizada em 2021) que serão liquidadas de acordo com o previsto nos contratos de compra firmados entre as partes. **Aquisição Fisica - Contraprestação contingente:** O Grupo concordou em pagar à vendedora contraprestação contingente mediante utilização de tributos a compensar já registrados contabilmente pela adquirida antes da aquisição, durante o período de exploração do contrato de distribuição. A redução do lucro refere-se aos pagamentos efetuados a vendedora, mediante utilização de tributos a compensar. **Aquisição NWB:** Contas a pagar relativo a dívida deferida com a NWB que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. Adicionalmente há um contas a pagar depositados em garantia, para assegurar possíveis obrigações indenizatórias dos vendedores.

26. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

26.1 Política contábil: A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **26.2 Composição:** a) **Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementalmente diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.830.524 dividido em 243.596.138 ações ordinárias e sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.823.527 dividido em 242.998.022 ações ordinárias e sem valor nominal. O controle acionário do Grupo SBF S.A. está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

	2022	%
Acionista	95.930.259	39,38%
Pacipar Participações Ltda.	48.456.001	19,89%
Nefe Investments, LLC	1.185.014	0,49%
GP/CP I - Fundo de Inv. Part	98.024.864	40,24%
Outros	243.596.138	100,00%

Em 28 de julho de 2022, houve um aumento de R\$ 6.997 do capital da Controladora mediante a emissão de 598.116 ações ordinárias, nominativas escriturais, com valor nominal, em decorrência do exercício de opções de compra de ações referentes ao 1º e 2º programa de opções de 2016 e 1º programa de opções de 2019, em virtude de tal aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.823.527, dividido em 242.998.022 ações para R\$ 1.830.524, dividido em 243.596.138 ações. **b. Lucro por ação consolidado:** **Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: diluição conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual do mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Número líquido diluído - Controladora	205.017	498.157
Média ponderada de ações ordinárias	243.248	242.998
Resultado básico por ação - R\$	205.017	498.157
Lucro líquido diluído por ação - R\$	205.017	498.157
Média ponderada de ações ordinárias	243.248	242.998
Opções exercidas não integralizadas	976	945
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	9.026	10.062
Resultado diluído por ação - R\$	0,82	1,98

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antilúcido das opções de ações em circulação. c. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. d. **Reserva incentivos fiscais:** O Grupo estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida. Os incentivos também determinam que a empresa Premier não tem direito aos saldos credores sobre a compra de produtos posteriormente vendidos custo das vendas, de modo que esses valores se tornam impostos não recuperáveis e aumentam o custo das vendas. A Nota 28 destas demonstrações financeiras apresenta o impacto destes incentivos nas receitas líquidas. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS - no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R\$ 187.887 (R\$ 116.567 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021). Os impostos não recuperáveis de ICMS contabilizados na rubrica de custo das vendas e serviços prestados, somaram o montante de R\$ 1.138 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.421 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021). Devido ao lucro apurado no exercício corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R\$ 62.426 (R\$ 64.439 em 31 de dezembro de 2021). Não houve a destinação integral dos incentivos

	2016 1º Programa	2016 2º Programa	2019 1º Programa	2019 2º Programa	2019 3º Programa	2019 4º Programa	2019 5º Programa	2019 6º Programa	2019 7º Programa	2019 8º Programa	2019 9º Programa	2019 10º Programa	2019 11º Programa	2019 12º Programa	2019 13º Programa	2019 14º Programa	2019 15º Programa	2019 16º Programa	2019 17º Programa	2019 18º Programa	2019 19º Programa	2019 20º Programa	2019 21º Programa	2019 22º Programa	2019 23º Programa	2019 24º Programa	2019 25º Programa	2019 26º Programa	2019 27º Programa	2019 28º Programa	2019 29º Programa	2019 30º Programa	2019 31º Programa	2019 32º Programa	2019 33º Programa	2019 34º Programa	2019 35º Programa	2019 36º Programa	2019 37º Programa	2019 38º Programa	2019 39º Programa	2019 40º Programa	2019 41º Programa	2019 42º Programa	2019 43º Programa	2019 44º Programa	2019 45º Programa	2019 46º Programa	2019 47º Programa	2019 48º Programa	2019 49º Programa	2019 50º Programa	2019 51º Programa	2019 52º Programa	2019 53º Programa	2019 54º Programa	2019 55º Programa	2019 56º Programa	2019 57º Programa	2019 58º Programa	2019 59º Programa	2019 60º Programa	2019 61º Programa	2019 62º Programa	2019 63º Programa	2019 64º Programa	2019 65º Programa	2019 66º Programa	2019 67º Programa	2019 68º Programa	2019 69º Programa	2019 70º Programa	2019 71º Programa	2019 72º Programa	2019 73º Programa	2019 74º Programa	2019 75º Programa	2019 76º Programa	2019 77º Programa	2019 78º Programa	2019 79º Programa	2019 80º Programa	2019 81º Programa	2019 82º Programa	2019 83º Programa	2019 84º Programa	2019 85º
--	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	----------

SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 20.845.448/0001-13 - NIRE 35.300.542.681

EXTRATO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2023

Data, Hora, Local: 31.01.2023, às 10:30 horas, na sede social, Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, 1ª andar, sala 7, Edifício Panambi, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: João Guilherme Sabino Ometto; **Secretário:** Jorge Paulo Cesar da Silva. **Deliberações Aprovadas:** O pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP") aos acionistas da Companhia apurados com base no balanço levantado em 31.12.2022, nos termos § único do artigo 21 do Estatuto Social, no valor total global bruto de R\$ 5.000.000,00. O montante de JCP será pago aos acionistas até dia 28.02.2023, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social em curso. Os diretores da Companhia ficam desde já autorizados a praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 31.01.2023. **Acionistas presentes:** João Guilherme Sabino Ometto, Giovanni Mironeto Ometto, Adriana Mironeto Ometto, José Carlos Mironeto Ometto, Daniela Ometto Ribeiro, Guilherme Fontes Ribeiro. **Mesa:** João Guilherme Sabino Ometto - **Presidente,** Jorge Paulo Cesar da Silva - **Secretário.** JUCESP nº 85.738/23-2 em 27.02.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A. ("Companhia")** para se reunirem no dia 13 de março de 2023, às 14:30 horas, em assembleia geral extraordinária **A Ser Realizada Na Sede Da Companhia ("Assembleia")**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a exclusão do artigo 7º do estatuto social da Companhia, com a consequente alteração e consolidação do estatuto social. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identificação do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 2 de março de 2023. Carlos Eduardo Lichtenberger - Diretor Presidente.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF nº 02.502.844/0001-66 - NIRE 35.300.155.181

Companhia Aberta - Categoria "B"

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2022

Local, data e hora: Realizada às 18h30min do dia 05.07.2022, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, sala 03, Itaim Bibi, São Paulo. **Mesa:** Daniel Rockenbach, Presidente; Fatima Blum Gonçalves, Secretária. **Presenças:** Os conselheiros da Companhia Fernanda Verzenhasi Sacchi e Julio Cesar da Silva Julio. **Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** I. Nos termos do art. 22, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia, e nos termos do Anexo 5.1 desta ata, aprovar a aquisição de crédito(s) precatório(s), nos termos do Anexo 5.1, desta ata, que, em razão de sua confidencialidade, permanecerá arquivado na sede da Companhia; II. Autorizar a Companhia a praticar os atos necessários à aquisição de crédito(s) precatório(s), até o valor de R\$ 360.000.000,00, observando-se ainda os requisitos acima elencados. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 05.07.2022. Fatyma Blum Gonçalves, Secretária e Advogada OAB/PR 73891. **JUCESP:** Certifico o registro em 27.07.2022 sob o nº 380988/227. Gisela Simiema Ceschin, Secretária-Geral.

BNT S.A.

CNPJ/ME nº 60.780.038/0001-56 - NIRE 35.300.021.436

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da BNT S.A. (a "Companhia") convocados a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 31 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, nº 445, sala 1, Jardim América, CEP 01427-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) análise, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) destinação do resultado do exercício. **Documentos à Disposição:** Acham-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Rodrigo Jabra** – Diretor Presidente.

Berg-Steel S.A

Fábrica Brasileira de Ferramentas

C.N.P.J. nº 44.209.294/0001-31 - NIRE nº 353.000.27132

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas da Berg-Steel S/A Fábrica Brasileira de Ferramentas, sediada na Rua Princesa Isabel, nº 71, na cidade de Araras/SP, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 17/03/2023, às 10 horas, na sede da Companhia, a fim de deliberarmos: (I) exame, discussão e votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e conta da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (II) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (III) eleição dos membros do Conselho de Administração; (IV) definição da remuneração global dos administradores da Companhia; (V) deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal, eleição e remuneração global dos seus membros; (VI) outros assuntos de interesse social. Estão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as cópias dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. Talitha Baggio Chiarotti - Presidente do Conselho de Administração. (01,02,03)

Companhia Acreana de Participações

CNPJ/ME nº 08.293.965/0001-21 - NIRE 35.300.333.668

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas da Companhia Acreana de Participações, CNPJ nº 08.293.965/0001-21, localizada em São Paulo/SP, R. Casa do Ator, 1117, 1º andar, sala 11, V. Olímpia, CEP 04546-004 ("Companhia") para se reunirem no dia 09 de março de 2023, 10hs, em AGE a ser realizada na sede da Companhia ("Assembleia"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aumento do capital social da Companhia em R\$ 17.635.000,00, mediante emissão de novas ações pela acionista **Vale Verde Empreendimento Agrícola Ltda.**, sociedade empresarial limitada, em recuperação judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 02.414.858/0001-28, com sede social no Município de Cortes, Estado de Pernambuco, na Rua Senador Antônio Farias, nº 01, Engenho Ilha de Flores, Zona Rural, CEP 55.525-000; e (ii) alteração e consolidação do artigo 5º do estatuto social da Companhia, a fim de refletir o aumento do capital social da Companhia. (iii) outros assuntos de interesse da Companhia, tais como a autorização da lavratura da presente ata. A administração da Companhia informa que a proposta da administração, acompanhada do laudo de avaliação da Companhia, está arquivada e disponível para consulta na sede da Companhia. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identificação do acionista ou representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico rgnaldo.amorim@grupofarias.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023. (01, 02 e 03/03/23)

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Processo Digital nº: **0006396-20/2019.8.26.0001**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Exequido: Jairo Soares Freire e outro. Edital de Intimação, Prazo: 20 dias. Processo nº **1000778-62/2019.8.26.0009**. O Dr. Luiz Fernando Pinto Arcuri, Juiz de Direito da 1ª Vara Civil do Foro Regional de Vila Prudente/SP, Faz Sabar a Renivaldo Batista da Silva (CPF: 098.311.106-20), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 28.676,17 (maio de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 003.911.345. Estando o executado em lugar incerto, exped-se edital, para que em 03 dias, a fúir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do executante, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R\$ 577,88. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 03/04/2023. 03 e 04 /03 /23

1ª Vara Civil do Foro Regional IX - Vila Prudente/SP, 1º Ofício Civil. Edital de Citação e Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº **1000778-62/2019.8.26.0009**. O Dr. Luiz Fernando Pinto Arcuri, Juiz de Direito da 1ª Vara Civil do Foro Regional de Vila Prudente/SP, Faz Sabar a Renivaldo Batista da Silva (CPF: 098.311.106-20), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 28.676,17 (maio de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 003.911.345. Estando o executado em lugar incerto, exped-se edital, para que em 03 dias, a fúir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do executante, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R\$ 577,88. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 07/02/2023. 03 e 04 /03 /23

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0101052-23.2006.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Civil, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, (Dr/a). Camila Sant Pereira Unzueta, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANTONIO CARLOS CARNEIRO DE ARAUJO, Brasileiro, Divorciado, Comerciante, RG 87049243, CPF 186.793-48, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança, por parte do Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R\$ 1.013,17. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a INTIMAÇÃO da penhora, por EDITAL, para que em 05 dias, a fúir após os 30 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de janeiro de 2023. 02 e 03 /03 /23

1ª Vara Civil do Foro Regional XI - Pinheiros/SP, 3º Ofício Civil. Edital de Citação, Prazo: 20 dias. Processo nº **1007137-28.2020.11.4**. Dra. Rosana Mureti Santillo, Juíza de Direito da 3ª Vara Civil do Foro Regional de Pinheiros/SP, Faz Sabar a Erica Maria do Sacramento Minhô (CPF: 015.653.945-42), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 15.266,12 (maio de 2019), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais do curso de pós-graduação em Enfermagem em Terapia Intensiva. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fúir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumir-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 27/01/2023. 02 e 03 /03 /23

EDITAL DE CITAÇÃO - Processo Digital nº: **1008184-61/2019.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Exequido: Jairo Soares Freire e outro. Edital de Intimação, Prazo: 20 dias. Processo nº **1000778-62/2019.8.26.0009**. O Dr. Luiz Fernando Pinto Arcuri, Juiz de Direito da 1ª Vara Civil do Foro Regional de Vila Prudente/SP, Faz Sabar a Renivaldo Batista da Silva (CPF: 098.311.106-20), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 28.676,17 (maio de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 003.911.345. Estando o executado em lugar incerto, exped-se edital, para que em 03 dias, a fúir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do executante, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R\$ 577,88. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 27/01/2023. 02 e 03 /03 /23

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente Edital de Notificação e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultar(a)-se ou recusar(a) o recebimento da notificação pessoal pelo oficial do cartório, fica(m) **NOTIFICADO(S)** o(s) mutuário(s) abaixo para ciência de que estamos autorizados na forma do Decreto-Lei nº 70 de 21/11/66 e das normas complementares do S.F.H, nos termos do artigo 15 da RD 08/70 e artigos 19 e 21 da Lei nº 8.004 de 14/03/1990, e pelo credor exequente a dar prosseguimento e promover a **EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL** da(s) **HIPOTECA(S)** que oneram o(s) imóvel(s) a seguir descrito(s), em favor da **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**. Fica(m) identificado(s), outrossim, de que têm o prazo de 20 (vinte) dias contados de **02/03/2023** para purgar(em) o débito e evitar(em) a execução extrajudicial. Quaisquer informações ou providências deverá entrar em contato com a EMGEA através do telefone 0800-717-7742 ou pelo site www.emgea.gov.br, ou através do e-mail fabianasilva@aifsp.com.br, telefone nº 11-2791-2274.

Contrato: 118164118633 - SED: 1284 - CREDOR: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - AGENTE: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI - CHP DEVEDOR(ES): ROBERTO TADEU LAPREGA, BRASILEIRO, MÉDICO, RG. Nº 10.257.100-SP, CPF: 033.837.458-21, SOLTEIRO, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver e LUIZA ANZAI, BRASILEIRA, MÉDICA, RG. Nº 9.038.311-SP, CPF: 088.002.588-92, SOLTEIRA, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver. Imóvel sito à RUA DR. NETO DE ARAUJO, Nº 187, APARTAMENTO Nº 171, E VAGA INDETERMINADA para PARRA EFEITOS DE CONTROLE RECEBUO Nº 06, EDIFÍCIO ARAÚJ, 9º SUBDISTRITO VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP.

São Paulo, 02/03/2023.

COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHP

Agente Fideiúscuro

02, 03 e 04/03/2023

LOGICTEL S/A

CNPJ nº 03.070.0001-78 - NIRE nº 35.300.173.67

Assembleia Geral Ordinária

Edital de Convocação

Convocamos os acionistas a se reunirem na sede social, Rua da Bica, 234, Freguesia do Ó, SP, no dia 31 de **Março de 2023**, às 10:00 horas, para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame e discussão do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022 e destinação do Lucro do Período; **b)** Distribuição de Dividendos; **c)** Análise e discussão da reserva de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento da Diretoria da Companhia e **d)** Eleição da diretoria e fixação de honorários. Encontra-se a disposição dos Srs. acionistas documentos referente ao artigo 133 da Lei 6.404/76.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

aa. **Geraldo A O Marques** - Diretor Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1006511-18.2019.8.26.0006/OA MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, (Dr/a). Álvaro Luiz Valey Mira, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) COMERCIAL TEIXEIRA DE ALIMENTOS BEBIDAS E DESCARTÁVEISEIRLTD, CNPJ20.316.473/0001-00, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Polico Comercial de Alimentos Ltda., objetivando o recebimento de R\$2.062,75 (06/2019) representada por Duplicata, e não localizados os requeridos, exped-se edital para que, pague no prazo de três dias o valor estampado na petição inicial, mais custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o débito exequendo, sendo que, no caso de pronto pagamento no prazo de três dias, ficam reduzidos à metade, ou querendo apresente embargos no prazo de quinze dias. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. J - 02 e 03/03

Jornal O DIA SP

CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE 329ª DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 329ª série, da 4ª emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 ("CRI", "Títulos de CRI" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.4.4 do Termo de Securitização de **Creditos Imobiliários** ("Termo de Securitização"), sociedade empresarial, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, Jardim Paulista, Conjunto nº 41, localizado no 4º andar do Edifício Bluehawk, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ sob nº 38.300.262/0001-44 ("BAM"), passará a exercer a função de gestora do Bluehawk Catual Trade A Fundo de Investimento Imobiliário ("**Devedor**"), que figura como devolvedor dos CRI, função atualmente exercida pela **BLUEWAK GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, Jardim Paulista, Conjunto nº 41, localizado no 4º andar do Edifício Bandeirantes, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ sob nº 31.881.090/0001-09 ("**Bluewacax Gestora**"), em conjunto com a **CATUAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.976.481/0001-57 ("**Catual**"), mediante a cisão parcial da BlueWacax Gestora, cuja parcela cindida composta por, dentre outros ativos, o contrato de gestão ao qual o Devedor está vinculado, será incorporada à BAM ("**Reorganização Societária**"), de modo que esta Reorganização Societária não seja considerada um Evento de Amortização Extraordinária Condição prevista na Cláusula 6.4 do Termo de Securitização. (i) a autorização para a Emissora e para a **VORTX DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente Fideiúscuro**") realizarem todos e quaisquer atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das aprovações deliberadas da Assembleia Geral. A AGCRI será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("**Resolução CVM 60**"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia, observado que as matérias constantes dos itens (i) e (ii) abaixo serão objeto de aprovação individual, ou seja, cada um dos itens deverá ser aprovados ou rejeitados individualmente, por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos titulares dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização), na primeira ou na segunda convocação; (ii) aprovação prévia, possibilitando a realização de uma reorganização societária na qual a **BLUEWAKW ASSET MANAGEMENT LTD.**, sociedade empresarial, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, Jardim Paulista, Conjunto nº 41, localizado no 4º andar do Edifício Bluehawk, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ sob nº 38.300.262/0001-44 ("BAM"), passará a exercer a função de gestora do Bluehawk Catual Trade A Fundo de Investimento Imobiliário ("**Devedor**"), que figura como devolvedor dos CRI, função atualmente exercida pela **BLUEWAK GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, Jardim Paulista, Conjunto nº 41, localizado no 4º andar do Edifício Bandeirantes, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ sob nº 31.881.090/0001-09 ("**Bluewacax Gestora**"), em conjunto com a **CATUAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.976.481/0001-57 ("**Catual**"), mediante a cisão parcial da BlueWacax Gestora, cuja parcela cindida composta por, dentre outros ativos, o contrato de gestão ao qual o Devedor está vinculado, será incorporada à BAM ("**Reorganização Societária**"), de modo que esta Reorganização Societária não seja considerada um Evento de Amortização Extraordinária Condição prevista na Cláusula 6.4 do Termo de Securitização. (i) a autorização para a Emissora e para a **VORTX DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente Fideiúscuro**") realizarem todos e quaisquer atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das aprovações deliberadas da Assembleia Geral. A AGCRI será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fideiúscuro, por correio eletrônico para juridico@virgo.inc, gestao@virgo.inc e agente-fideiucuro@vortx.com.br; os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da AGCRI. Para os fins da AGCRI, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular de CRI; cópia representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com validade de 60 (sessenta) dias, assinada pelo titular de CRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; cópia representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares de CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fideiúscuro nos correios eletrônicos juridico@virgo.inc, gestao@virgo.inc e agente-fideiucuro@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de instrução de voto anexo à proposta da administração ("**Instrução de Voto**"), disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website votio.com e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da AGCRI por meio da Instrução de Voto serão computados e os demais votos serão considerados inválidos e não serão considerados pelos votos dos presentes na ata. Plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo/SP, 02 de março de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP - FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0043405-20.22.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Civil, do Foro Central Civil, Estado de São Paulo, (Dr/a) Paulo Bernardi Buzzarri, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a JOSÉ MAURO NUNES DE OLIVEIRA**, Brasileiro, CPF 096.668.828-76, que por este Juízo, tramita uma ação de Cumprimento de sentença, movida por CAIXA BENEFICIENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fúir após os 30 dias supra, pague a quantia de **R\$ 700,38 (09/2022)**, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e hon por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de novembro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - Processo Digital nº: **10013123-64.2015.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Exequido: Jairo Soares Freire e outro. Edital de Intimação, Prazo: 20 dias. Processo nº **1000778-62/2019.8.26.0009**. O Dr. Luiz Fernando Pinto Arcuri, Juiz de Direito da 1ª Vara Civil do Foro Regional de Vila Prudente/SP, Faz Sabar a Renivaldo Batista da Silva (CPF: 098.311.106-20), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 28.676,17 (maio de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário sob nº 003.911.345. Estando o executado em lugar incerto, exped-se edital, para que em 03 dias, a fúir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do executante, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R\$ 577,88. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de fevereiro de 2023. 02 e 03 /03 /23

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 101065-08.2017.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Civil, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, (Dr/a). Julio Cesar Silva de Mendonça Franco, na forma da Lei, etc. Faz Sabar o Componente Básico, Condições Eirel (CNPJ: 54.528.01/0001-58) e Roberto Ferraz Cunha (CPF: 032.224.148-60), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 100.074,14 (junho de 2022), representada pela Cédula de Crédito Bancário sob nº 10594302. Estando os executados em lugar incerto, foi deferida a CITACAO por edital, para que em 03 dias, a fúir dos 30 dias supra, pague(m) o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do executante, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2023. 02 e 03 /03 /23

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 100230-81.2016.8.26.0004. A MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Civil, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, (Dr/a) Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a (a) JAILTON DE ABREU LOPES, Brasileiro, CPF 070.767.440-94, e (b) JAILTON DE ABREU LOPES, Brasileiro, CPF 070.767.440-94, que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R\$ 132.161,51 (Janeiro de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 007292622. Estando os executados em lugar ignor



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

22



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2022

(Em milhares de Reais)

Mensagem da Administração

Iniciamos o ano de 2022 sabendo que teríamos um ano desafiador com passos importantes a serem dados. Junto a nossa controladora, o Grupo SBF, avançamos em frentes estruturantes e fundamentais como as migrações sistêmica de ERP e a inauguração de um novo hub logístico em São Paulo; e realizamos também as primeiras ações de estímulo à prática de atividade física, buscando nos aproximar e conhecer cada vez melhor os consumidores do esporte.

Acreditamos que uma série de fatores impactou o desempenho de Centauro no ano. Apesar das vendas 19% acima do que entregamos em 2021, havíamos planejado um crescimento maior para ano esperando que a cadeia global de suprimentos já estivesse normalizada e que os investimentos estruturais realizados em marketing, logística e tecnologia trariam um retorno maior no ano. Com o crescimento abaixo do planejado, além da necessidade maior de markdown que pressionou a margem bruta, também só conseguimos diluir parte dos investimentos estruturais e das despesas semi-variáveis contratadas para suportar um nível de receita mais alto do que o observado, o que acabou impactando a rentabilidade da companhia.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	212.292	228.287	373.384	234.791
Contas a receber	7	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Estoques	8	871.708	646.257	2.100.089	646.257
Instrumentos financeiros derivativos	9	—	—	4.169	—
Tributos a compensar	10	154.652	294.089	489.821	301.671
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	—	—	32.269	3
Outros ativos	15	27.841	17.147	88.039	19.038
Juros sobre capital próprio a receber	13	75.922	—	—	—
Mútuo a receber	25	226.403	—	—	—
Total do ativo circulante		4.274.738	3.215.527	6.475.190	3.231.468
Ativo não circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.820	—	—	—
Tributos a compensar	10	91.610	54.424	136.423	54.424
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	77.271	70.674	77.297	70.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	356.892	296.006	667.335	296.006
Depósitos judiciais	14	96.434	55.041	284.479	137.597
Outros ativos	15	321	324	18.908	324
Total do realizável a longo prazo		624.348	476.469	1.184.442	559.025
Investimento	16	1.349.182	12.556	5.001	—
Imobilizado	17	412.466	391.998	548.180	391.998
Intangível	18	250.932	194.462	415.924	194.462
Direito de uso	19	1.293.390	1.260.620	1.397.320	1.260.620
Total do ativo não circulante		3.930.318	2.336.105	3.550.867	2.406.105
Total do ativo					
		8.205.056	5.551.632	10.026.057	5.637.573
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Nota	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros			
	854.103	12.700	25.255	87.310	—	—	80.310	979.368
Saldos em 1º de janeiro de 2021		—	—	—	—	—	80.310	80.310
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	80.310	80.310
Constituição de reservas		—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021	854.103	12.700	29.271	163.604	—	—	1.059.678	1.059.678
Saldos em 1º de janeiro de 2022	854.103	12.700	29.271	163.604	—	—	1.059.678	1.059.678
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	40.170	40.170
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa		—	—	—	—	18.001	—	18.001
Constituição de reserva		—	—	—	—	—	—	—
Transferência de quotas - Fisla	28	1.375.868	—	—	—	(33.158)	—	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.229.971	12.700	31.280	201.766	—	(15.157)	—	2.460.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310	40.170	80.310
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	17, 18	130.598	107.250	137.047
Amortização do direito de uso	19	166.065	158.407	166.640
Juros sobre empréstimos e financiamentos	32	35.294	23.515	35.294
Juros sobre debêntures	32	124.052	31.379	124.052
Juros sobre parcelamentos de tributos	32	1.068	3.722	1.068
Juros sobre pagamentos em atraso	32	656	694	656
(Perda) redução ao valor recuperável de contas a receber		(2.104)	935	(2.299)
Juros sobre atraso de impostos	32	10.670	21.248	10.670
Resultado de equivalência patrimonial	16	(51.879)	54.365	(280)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	17, 18	2.599	17.687	17.687
Baixa residual arrendamentos	19	—	2.726	2.726
Provisão para obsolescência do estoque	8	(11.981)	36.734	(20.763)
Ajuste a valor presente, líquido	32	—	(1.574)	—
Juros de arrendamento mercantil	32	118.931	110.151	118.931
Descontos sobre arrendamento mercantil	19	(10.093)	(23.744)	(10.093)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	14	18.488	40.078	19.268
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos débitos tributários		—	(56.587)	—
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS		—	(39.734)	—
Imposto de renda e contribuição social corrente		5.720	(4.685)	5.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(60.886)	(98.685)	(59.811)
(Aumento) redução nos ativos	517.368	464.192	563.987	447.856
Contas a receber	7	(674.069)	1.143.613	(459.482)
Estoques	8	(213.470)	(55.825)	(200.147)
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	(22.767)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10, 11	113.544	209.267	154.068
Depósitos judiciais	14	(41.393)	(19.263)	(69.333)
Outros ativos		(10.943)	(2.271)	(12.172)
Aumento (redução) nos passivos	20	712.459	(1.408.229)	678.967
Fornecedores	20	712.459	(1.408.229)	678.967
Fornecedores - risco sacado	20	70.457	10.877	70.457
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	39.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "SBF Comércio") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, compreendem a controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto "SBF Comércio" ou "Companhia". Em 18 de junho de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários com a categoria B. A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado") tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023. A lista das entidades consolidadas é apresentada abaixo:

Controladas	Participação Societária Direta 2022	2021	Atividade
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	99,99%	Comércio esportivo
Fitdance Entretenimento Ltda.	100%	—	Produção de filmes para publicidade
Fisla Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	100%	—	Comércio atacado e varejista

As principais informações sobre cada uma das empresas que compõe as informações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 16. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.3 Consolidação:** A Companhia detém participações societárias diretas. As participações societárias em sociedades

Em 2023, teremos um foco absoluto na rentabilidade da Centauro com um pragmatismo na projeção de receita e uma racionalização das despesas e margens. Com esse foco para o ano, acreditamos haver espaço para reduzir markdowns, investimentos em marketing, especialmente em canais de performance de menor rentabilidade, e modalidades de venda menos eficientes. Também vamos continuar avaliando o portfólio de lojas em busca de ajustes que se façam necessários para alcançar a rentabilidade desejada para o negócio. Centauro tem um potencial enorme, o ajuste da rentabilidade neste ano será fundamental para construímos as bases para o crescimento deste negócio nos anos seguintes.

Em paralelo, continuamos trabalhando em parceria com as demais unidades de negócio do Grupo SBF para ampliar a preferência dos clientes, assim como sua recorrência de compra nos nossos canais físicos e digitais. Continuamos acreditando que aliar necessidades de negócio à prática esportiva é o que impulsiona nosso mercado endereçado. Por isso, em 2022, atuamos em ações conjuntas com players do mercado para fomentar o esporte no país, aprofundar o contato com o público das categorias mais vendidas e alcançar públicos de categorias que estão ganhando relevância como skate, dança e basquete. Atuamos em ações como o Centauro Fit Festival, evento de

dança organizado pela X3M em parceria com Centauro e Fit Dance e patrocinado pela Puma; o Centauro Reveza Adidas, circuito de corrida desenvolvido pela X3M e o ASICS Movimento by Centauro, série de treinos e corridas de rua com foco no público feminino. Além disso, junto ao Parque Ibirapuera em São Paulo, realizamos uma iniciativa combinada entre Centauro e Fisla, para proporcionar para a sociedade novos espaços para a prática esportiva com campo de futebol, quadras de areia e basquete, pista de cooper e uma nova pista de skate.

O nosso foco em 2023 será em aumentar a rentabilidade do nosso negócio porque sabemos que o resultado de hoje é o que sustenta o crescimento do futuro. Com o caminho de retomada da rentabilidade da Centauro, o potencial de geração de lucro do Grupo SBF nos deixa animados para o futuro.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, conselheiros, acionistas e a todas as milhões de pessoas que de alguma maneira se conectaram com nossa companhia e com o Grupo SBF ao longo de 2022. Seguiremos trabalhando para entregar as melhores experiências e resultados em 2023 gerando cada vez mais negócios e valor para os nossos acionistas e o esporte no Brasil.

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	29	5.902.798	4.754.898	6.185.094
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	(4.276.199)	(3.367.711)	(4.410.915)
Lucro bruto		1.626.599	1.387.187	1.774.179
Recitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	31	(1.235.847)	(937.948)	(1.331.598)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(2.104)	(935)	(2.299)
Despesas administrativas e gerais	31	(265.915)	(243.305)	(295.237)
Outras receitas operacionais líquidas		24.198	487	24.793
Resultado com equivalência patrimonial	16	51.879	(54.365)	280
Despesas operacionais, líquidas		(1.427.789)	(1.236.066)	(1.192.604)
Lucro operacional		198.810	151.121	170.118
Receitas financeiras	32	90.783	47.067	105.952
Despesas financeiras	32	(316.029)	(221.248)	(320.365)
Despesas financeiras, líquidas		(225.246)	(174.181)	(214.413)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		(26.346)	(23.060)	(44.295)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	5.720	4.685	24.654
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	60.886	98.685	59.811
Lucro líquido do exercício		40.170	80.310	40.170
Acionistas controladores		40.170	80.310	40.170
Acionistas não controladores		—	—	—
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo				
Lucro básico por ação (média ponderada)		—	0,02	0,04
Lucro diluído por ação (média ponderada)		—	0,02	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

31/12/2022	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310	40.170	80.310
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa		18.001	—	18.001
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos		58.171	80.310	58.171
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa		(6.120)	—	(6.120)
Resultado abrangente do exercício		52.051	80.310	52.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receltas	7.283.726	5.851.853	7.647.244	5.851.853
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.260.867	5.833.316	7.624.002	5.833.316
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.104)	(935)	(2.299)	(935)
Outras receitas operacionais	24.963	19.472	25.541	19.472
Insumos adquiridos de terceiros	(3.662.509)	(2.914.175)	(3.848.564)	(2.915.267)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.118.086)	(2.458.538)	(3.228.317)	(2.458.538)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(457.989)	(373.428)	(547.258)	(374.520)
Perda de valores ativos	(86.434)	(82.209)	(72.989)	(82.209)
Valor adicionado bruto	3.621.217	2.937.678	3.798.680	2.936.586
Depreciação e amortização	(318.669)	(265.657)	(320.595)	(265.657)
Valor adicionado líquido	3.302.548	2.672.021	3.478.085	2.670.929
Valor recebido em transferência	142.662	(3.427)	106.106	52.651
Resultado de equivalência patrimonial	51.879	(54.365)	154	-
Receitas financeiras	90.783	50.938	105.952	52.651
Valor adicionados total a distribuir	3.445.210	2.668.594	3.584.191	2.723.580
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	533.429	427.759	550.027	427.859
Remuneração direta	341.335	284.678	351.858	284.752
Benefícios	159.837	117.034	165.112	117.055
FGTS	32.257	26.043	33.057	26.052
Impostos, taxas e contribuições	2.402.039	1.824.121	2.503.391	1.861.443
Federais	943.874	688.706	970.890	719.592
Estaduais	1.434.272	1.114.489	1.509.372	1.120.914
Municipais	23.893	20.926	23.129	20.937
Remuneração de capitais de terceiros	469.572	336.404	490.603	353.968
Despesas financeiras (juros)	182.640	181.914	190.186	195.397
Aluguéis	57.781	28.260	63.133	28.260
Outras	229.331	126.230	237.284	130.311
Remuneração de capitais próprios	40.170	80.310	40.170	80.310
Lucros retidos (lucros acumulados)	40.170	80.310	40.170	80.310



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2022

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Fiducian e os valores justos finais dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Valor Justo
Imobilizado	118
Marca	1.996
Carteira de cliente - Serviços	2.016
Software	1.153
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.692
Demaís ativos	413
Total ativo	12.388
Total passivo	2.483
Total líquido dos ativos identificáveis	9.905
3.2 Mudança de Controle da Fisla: Em 01 de dezembro de 2022 foi concluída a transação de mudança de controle da Fisla, que era controlada direta da Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. Na transferência do controle, além do patrimônio líquido da Fisla, foram transferidos para a SBF Comércio as mais valias mensuradas na combinação de negócios originalmente registrada na Grupo SBF. A transação foi efetivada por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisla, reconhecidas como aumento de capital na SBF Comércio, mensurada a valor contábil. As mais valias transferidas correspondem a mensuração do valor justo dos ativos da Fisla, na data da aquisição do controle, reconhecidos no balanço do Grupo SBF em novembro de 2020. As mais valias representam o direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", obrigação com royalties pela exploração da exclusividade do direito de distribuição da marca e passivos contingentes. A transação de mudança de controle não se caracteriza como uma combinação de negócios, pois ambas as empresas pertencem ao mesmo grupo econômico e não houve operação financeira envolvida na transferência do controle. A transferência foi mensurada com base no balanço patrimonial da Fisla levantado em 30 de novembro de 2022. Em decorrência da aquisição do controle da Fisla, a SBF Comércio, reconheceu a cessão de quotas via integralização de capital, no montante de R\$ 1.340.527. Demonstramos abaixo o efeito dos ativos líquidos transferidos, assim como as mais valias líquidas de amortização:	
FISIA	
30/11/2022	
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	17.556
Contas a receber	896.105
Estoques	1.232.625
Tributos a compensar	427.000
Imposto de renda e contribuição social a compensar	32.017
Partes relacionadas - outras contas a receber	1.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	297.297
Depósitos judiciais	77.546
Outros ativos	74.267
Imobilizado	88.174
Intangível	9.321
Direito de uso	104.748
Total do ativo	3.257.799
Passivo	
Fornecedores	618.629
Arrendamentos a pagar	115.934
Obrigações tributárias	141.958
Imposto de renda e contribuição social a recolher	29.225
Instrumentos financeiros derivativos	51.756
Impostos parcelados	188
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	223.580
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	29.435
Dividendos a pagar	268.559
Outras contas a pagar	104.125
Outros passivos	25.828
Provisão para riscos administrativos e judiciais	282.026
Total do passivo	1.891.243
Mais valias transferidas	1.366.556
Contrato de distribuição	131.856
Contingência	(29.787)
Royalties	(125.915)
Total mais valias	(23.846)
Transferência de quotas - Fisla	1.342.710
3.3 Migrações sistêmicas finalizadas: Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou migrações tecnológicas importantes, com o objetivo de continuar caminhando para uma arquitetura de software em nuvem e alinhada com as práticas mais atualizadas e modernas de gestão financeira. A primeira migração sistêmica, finalizada em junho, foi a do ERP da SBF Comércio, que migrou para a versão em cloud mais recente. A segunda migração realizada em agosto, foi do ERP da Fisla, que até então utilizava o ERP Global da Nike Inc e migrou para o mesmo ambiente sistêmico em cloud do Grupo SBF. Para a Fisla, as grandes vantagens dessa migração foram o fim do pagamento à Nike Inc dos custos do sistemas deles (pagamentos baseados no TSA, <i>Transition Services Agreement</i>) e a liberdade de adaptar o sistema à nossa modo de operar, antes o sistema era parametrizado e mantido pela própria Nike Inc. Por fim, em agosto, concluímos a migração da plataforma online da Fisla, que estava terceirizada com um parceiro, para nossa plataforma proprietária.	

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 18. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar a migração para o mesmo ambiente sistêmico em cloud do Grupo SBF. A Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacadistas (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, a perda por *impairment* identificada nesses ativos foi imaterial. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 667.335 relacionado a prejuízos fiscais e diferenças temporárias geradas pelas controladas da SBF Comércio. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de alguns mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Contratos de crédito:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoável esperar que a Companhia não transfira os ativos para o arrendatário (ou a rescisão). • Se houver beneficiários em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: **5.1.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos das contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e, em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma

avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro conspícuamente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

5.1.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 21), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 20), passivo de arrendamento (Nota 19), e dividendos a pagar (Nota 13). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração do contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo-se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base na valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de riscos financeiros: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ratios Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Derivativos operacionais					
b) Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de Comodios importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 15.157. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge).					
Vencimentos	Moeda	Nacional	Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 10/01/2023 a 27/10/2023	USD	(1.664.664)	(35.443)	Pedido de importações de mercadorias	De 10/01/2023 a 27/10/2023
Total Consolidado		(1.664.664)	(35.443)		

Derivativo	Valor Principal	Posição comprada ou vendida	Valor Justo	Prazo	Contraparte
Hedge	(325.155)	Comprado	(8.452)	27/10/2023	ABC
Hedge	(361.087)	Comprado	3.874	27/10/2023	Bradesco
Hedge	(140.302)	Comprado	(629)	27/10/2023	BTG
Hedge	(187.434)	Comprado	(6.951)	27/10/2023	HSBC Brasil
Hedge	(383.243)	Comprado	(3.750)	27/10/2023	Itaú
Hedge	(122.631)	Comprado	(5.680)	27/10/2023	Safra
Hedge	(19.588)	Comprado	(2.050)	27/10/2023	Santander
Hedge	(310.609)	Comprado	(14.819)	27/10/2023	Votorantim
Hedge	5.929	Vendido	26	27/10/2023	
Hedge	14.016	Vendido	(34)	27/10/2023	Bradesco
Hedge	128.332	Vendido	958	27/10/2023	BTG
Hedge	112.390	Vendido	1.464	27/10/2023	Itaú
Hedge	44.713	Vendido	589	27/10/2023	Votorantim
Total	(1.644.664)		(35.443)		

c) Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros, remunerados por juros da Companhia, corresponde a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Empréstimos e financiamentos	(167.808)	(294.993)	(168.079)	(294.993)
Debêntures	(965.483)	(528.785)	(965.483)	(528.785)
Total	(931.454)	(608.562)	(600.289)	(608.562)
Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2022 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (13,75% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.				
	Controladora		Consolidado	
	Aumento dos juros		Redução dos juros	
	Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
	25%		50%	
	30.720		46.080	
Aplicações financeiras	201.837	37.200	36.400	15.360
Empréstimos e financiamentos	(167.808)	(25.540)	(31.925)	(38.310)
Debêntures	(965.483)	(146.947)	(183.684)	(220.421)
Total	(929.454)	(145.287)	(179.155)	(122.770)
	Consolidado		Consolidado	
	Aumento dos juros		Redução dos juros	
	Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
	25%		50%	
	50.724		76.086	
Aplicações financeiras	333.273	50.724	63.405	25.362
Empréstimos e financiamentos	(168.078)	(25.581)	(31.976)	(38.372)
Debêntures	(965.483)	(146.947)	(183.684)	(220.421)
Total	(798.288)	(101.804)	(152.253)	(141.431)

d) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as administradoras de cartão de crédito, responsáveis por 88,67% dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 11,33%. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento a vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. A Companhia registra provisão para perda de crédito esperada (da controladora Fisla) apenas para as operações de distribuição de atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente a Companhia não tem apresentado perdas relevantes na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Contas a receber	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Outros ativos	27.841	17.147	86.574	19.038
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	4.169	—
Total	2.935.598	2.262.110	3.811.435	2.263.962
Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual - Atacado: A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo de relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis (Nota 7). e) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade de caixa imediata. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa, proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis, em função das saídas de caixa, provenientes das contas a pagar e outros pagamentos, até o dia 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 1.110,497 (R\$ 344,160 em 31 de dezembro de 2021).				





SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2022

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos		168.078	294.993
Debêntures		965.483	528.785
Caixas e equivalentes de caixa		(373.384)	(234.791)
Dívida líquida		760.177	588.987
Total do patrimônio líquido		2.460.560	1.059.678
Capital total		3.220.737	1.648.665
Índice de alavancagem financeira - %		24%	36%

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido consolidado de R\$ 1.779.989 (R\$ 804.604 em 31 de dezembro de 2021), ou seja, uma variação positiva de R\$ R\$975.385. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo antes dos impostos consolidado de R\$ 44.295 (lucro de R\$ 7.781 em 31 de dezembro de 2021). **5.2.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos, a tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Valor justo versus valor contábil - Consolidado:** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentadas ao longo da Nota 21. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Hierarquia de valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Valor amortizado	Custo
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	Nível 2	40.111	–	40.111
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	333.273	333.273	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	–	4.169
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	3.387.419	–	3.387.419
Total		3.764.972	333.273	3.431.699

Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	Nível 2	168.078	–	168.078
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	–	39.612
Debêntures (Nota 21)	Nível 2	965.483	–	965.483
Arrendamentos (Nota 19)	Nível 2	1.603.956	–	1.603.956
Fornecedores (Nota 20)	Nível 2	2.979.788	–	2.979.788
Fornecedores - risco sacado (Nota 20)	Nível 2	138.171	–	138.171
Total		5.895.088	–	5.895.088

		Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Hierarquia de valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Valor amortizado	Custo
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	Nível 2	19.575	–	19.575
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	215.540	–	215.540
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	2.029.708	–	2.029.708
Outros ativos (Nota 15)	Nível 2	19.038	–	19.038
Total		2.283.861	215.540	2.068.321
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	Nível 2	294.993	–	294.993
Debêntures (Nota 21)	Nível 2	528.785	–	528.785
Arrendamentos (Nota 19)	Nível 2	1.416.102	–	1.416.102
Fornecedores (Nota 20)	Nível 2	1.677.785	–	1.677.785
Fornecedores - risco sacado (Nota 20)	Nível 2	67.714	–	67.714
Total		3.985.379	–	3.985.379

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixas e investimentos financeiros de curto prazo com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 55% para aplicações diárias (65% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Controladora	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Caixa	4.816	5.919	6.281	5.919
Bancos	5.639	7.152	33.723	13.656
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Meios de pagamento	–	–	107	–
Total	212.292	228.287	373.384	234.791

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	Controladora	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Administradora de cartão de crédito (a)	976.195	796.530	1.509.515	796.530
Duplicatas a receber/atacado	8.430	11.241	192.897	11.241
Contas a receber - partes relacionadas (nota 25)	1.721.461	1.221.976	1.686.441	1.221.937
Subtotal	2.706.086	2.029.747	3.388.853	2.029.708
Provisão para perda esperada do contas a receber	(166)	–	(1.434)	–
Total	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708

O saldo da rubrica "contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Em 31 de dezembro de 2022, 88,67% do recebíveis da Companhia é decorrente de operações com cartão de crédito que corresponde ao montante total de R\$ 1.509.515 (R\$ 796.530 em 31 de dezembro de 2021). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	Controladora	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Saldo inicial				
Constituição	(2.104)	–	(2.299)	–
Baixas	1.938	–	865	–
Saldo Final	(166)	–	(1.434)	–

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	142	100,00%	142	Sim
Recebíveis de atacado	8.288	0,28%	24	Não
Recebíveis de varejo	976.195	0,00%	–	Não
Total	984.625		166	

	Saldo contábil bruto	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	889	100,00%	889	Sim
Recebíveis de atacado	192.008	0,28%	545	Não
Recebíveis de varejo	1.509.515	0,00%	–	Não
Total	1.702.412		1.434	

A seguir apresentamos o aging list consolidado do contas a receber Administradoras de cartões e duplicatas a receber do atacado:

	31/12/2022	31/12/2021
Aging		
Vencidos acima de 120 dias	1.256	32
Vencidos acima de 90 dias	1.247	12
Vencidos até 90 dias	466	216
Vencidos até 60 dias	6.372	20
Vencidos até 30 dias	8.349	650
À vencer até 30 dias	755.123	270.422
À vencer de 31 a 60 dias	339.970	163.738
À vencer de 61 a 90 dias	197.960	131.555
À vencer de 91 a 120 dias	119.594	71.001
À vencer de 121 a 180 dias	153.007	90.464
À vencer acima de 181 dias	119.068	79.661
Total	1.702.412	807.771

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Caso o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2 Composição:** Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão para perdas:

	Controladora	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Mercadoria de revenda (lojas)	654.425	437.116	1.037.331	437.116
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	170.657	186.731	646.116	186.731
Importação em andamento	35.307	13.941	405.053	13.941
Almoxarifado	11.319	8.469	11.589	8.469
Total	871.708	646.257	2.100.089	646.257

Movimentação de provisão para perdas

	Controladora	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Saldo inicial	(13.336)	(15.793)	(13.336)	(15.793)
Adição	(35.921)	(36.734)	(14.724)	(36.734)
Perdas efetivas nos estoques	47.902	39.191	35.487	39.191
Aquisição de controle Fisla - provisão para perdas	–	–	(16.040)	–
Saldo Final	(1.355)	(13.336)	(8.613)	(13.336)

A Companhia constituiu a provisão consolidada de R\$ 14.724 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 36.734 em 31 de dezembro de 2021). A provisão de R\$ 8.613 (R\$ 13.336 em 31 de dezembro de 2021) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a média de perdas históricas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a perdas efetivas é de R\$ 35.487 (R\$ 39.191 em 31 de dezembro de 2021).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Ativo		4.169	–
Contratos de câmbio utilizados para hedge - Passivo		(39.612)	–
Total		(35.443)	–

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
ICMS (a)	132.074	110.041	444.959	110.041
PIS (b)	15.923	42.019	29.244	42.161
COFINS (b)	73.670	192.022	130.835	194.288
IRRF	20.586	806	10.443	806
INSS	3.555	3.625	10.179	8.799
Total	246.262	348.513	626.244	356.095
Circulante	154.652	294.089	489.821	301.671
Não circulante	91.610	54.424	136.423	54.424

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio. (b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: As controladas da Companhia, ingressaram com ações judiciais em 2006 para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, julgadas favoráveis em 2019, momento em que reconheceu o crédito tributário de PIS e COFINS. A SBF Comércio reconheceu o montante bruto de R\$ 669.363 relativos ao exercício de apuração de 2004 a 2019. A Controlada Fisla reconheceu o montante de R\$18.435 relativos ao exercício de apuração de 2009 a 2017. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R\$ 154.652 e a expectativa de utilização desses créditos é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **11.2 Composição:**

	Controladora	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
IRPJ/CSLL sobre selic	77.271	70.674	77.297	70.674
IRPJ/CSLL	–	–	32.269	3
Total	77.271	70.674	109.566	70.677
Circulante	77.271	70.674	32.269	3
Não circulante	–	–	77.297	67.673

A SBF Comércio e Fisla ajuizaram ação judicial durante os anos de 2018 e 2019, para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito (RI) tributário. Em 24 de setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), onde houve decisão favorável ao contribuinte. A Companhia realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o FRIC 23/ICPJ 2 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro registrando em suas demonstrações financeiras consolidadas um crédito de R\$ 85.771, sendo R\$ 79.220 de principal e R\$ 6.550 de atualização monetária e R\$ 34.900 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos exercícios em que o Grupo apurou base fiscal negativa. Os valores serão utilizados somente após o trânsito em julgado da ação.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

12.1 Política contábil: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **12.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos	Passivos	Líquido
2022	2022	2022	2022
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	150.264	–
Provisões gerais e contingências	60.535	60.535	–
Provisão para estoques	4.534	4.534	–
Provisão de bônus	14.593	14.593	–
Depreciação/Arrendamento	375.532	226.212	(149.320)
Agio	71.051	71.050	(1.001)
Total	676.509	527.188	(149.679)

Montante passível de compensação	(319.617)	(231.182)	(80.435)
Imposto líquido (ativos) passivos	356.892	296.006	239.114

	Ativos	Passivos	Líquido
2022	2022	2022	2022
Prejuízo fiscal	372.373	150.264	–
Provisões gerais e contingências	132.895	60.535	(8.228)
Provisão para estoques	12.274	4.534	–
Provisão de bônus	14.593	14.593	–
Depreciação	49.486	2.029	–
Mais-valia - Fiduciancia	–	(1.493)	–
Depreciação/Arrendamento	335.971	224.183	(111.788)
Agio	71.050	71.050	(1.001)
Total	988.927	527.188	(438.213)

Montante passível de compensação	(321.592)	(231.182)	(80.410)
Imposto líquido (ativos) passivos	667.335	296.006	376.925

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2022

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Pagamentos de arrendamentos variáveis: Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligadas a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **19.2 Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 25 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos

	Controladora	Consolidado
Centros de distribuição	6	6
Edifícios administrativos	2	3
Lojas	235	256
Total	243	265

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Ativo de direito de uso:

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ativo - Direito de Uso		
Saldo em 1º janeiro de 2022	1.260.620	1.260.620
(+/-) Novos contratos e remensuração	198.935	198.935
(-) Amortização	(166.605)	(166.605)
Aquisição de controle Fisla	1.293.390	1.397.320
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.293.390	1.397.320
A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:		
Ativo - Direito de Uso		
Saldo em 1º janeiro de 2021	1.162.255	1.162.255
(+/-) Novos contratos e remensuração	297.817	297.817
(-) Transferência para imobilizado	(36.125)	(36.125)
(-) Amortização	(158.407)	(158.407)
(-) Baixas de contratos	(4.920)	(4.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.260.620	1.260.620

b. Passivo de arrendamento:

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Passivo - arrendamento a pagar		
Saldo em 1º janeiro de 2022	1.416.102	1.416.102
(+/-) Novos contratos e remensuração	198.834	198.591
(+) Apropriação de juros incorridos	123.004	123.004
(-) Pagamentos passivo de arrend.	(238.653)	(238.582)
(-) Descontos obtidos	(10.093)	(10.093)
Aquisição de controle Fisla	1.489.084	1.603.956
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.489.084	1.603.956
Circulante	236.942	269.173
Não circulante	1.252.142	1.334.783
A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:		
Passivo - arrendamento a pagar		
Saldo em 1º janeiro de 2021	1.210.900	1.210.900
(+/-) Novos contratos e remensuração	297.817	297.817
(+) Apropriação de juros incorridos	117.670	117.670
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(184.347)	(184.347)
(-) Descontos obtidos	(23.744)	(23.744)
(-) Baixas de contratos	(2.194)	(2.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.416.102	1.416.102
Circulante	175.959	175.959
Não circulante	1.240.143	1.240.143

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	236.942	269.173
Entre 1 e 5 anos	643.036	862.491
Mais de 5 anos	609.106	472.292
Companhia como arrendatário	1.489.084	1.603.956
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:		
Até 1 ano	175.959	175.959
Entre 1 e 5 anos	595.335	595.335
Mais de 5 anos	6.448.080	6.448.080
Companhia como arrendatário	7.219.374	7.219.374

c. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 69.488 (R\$ 47.817 em dezembro de 2021) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 31. **d. Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de Arrendamento					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	236.942	167.198	162.217	156.697	766.030
Fluxo com projeção de inflação	249.523	173.300	167.408	161.711	790.544
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Direito de Uso Líquido - Saldo Final					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	1.048.231	871.590	711.489	566.718	430.292
Fluxo com projeção de inflação	1.103.892	903.403	734.257	584.853	444.061
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa Financeira					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	115.476	101.387	87.000	73.182	214.523
Fluxo com projeção de inflação	121.607	105.088	89.784	75.523	221.387
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa de Depreciação					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	191.311	177.058	160.540	145.026	568.321
Fluxo com projeção de inflação	201.470	183.521	165.677	149.667	586.508
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de Arrendamento					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	269.173	180.090	176.455	171.674	806.564
Fluxo com projeção de inflação	283.465	186.664	182.101	177.168	832.374
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Direito de Uso Líquido - Saldo Final					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	1.155.958	963.700	787.983	628.113	478.408
Fluxo com projeção de inflação	1.217.339	998.875	813.199	648.212	493.717
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa Financeira					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	126.006	111.137	95.588	80.503	233.586
Fluxo com projeção de inflação	132.696	115.194	98.647	83.079	241.061
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa de Depreciação					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	207.585	192.675	176.156	160.190	629.329
Fluxo com projeção de inflação	218.608	199.707	181.793	165.316	649.468
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%

20. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

20.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, o saldo a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga a instituição financeira na data de pagamento original e valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **20.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias para revenda	481.797	368.125	1.182.080	368.124
Fornecedores de materiais de consumo	131.424	83.424	226.181	83.456
Fornecedores de mercadorias - Intercompany	1.779.718	1.226.205	1.571.528	1.226.205
Subtotal	2.392.939	1.677.754	2.979.789	1.677.785
Operações de "risco sacado"	138.171	67.714	138.171	67.714
Total	2.531.110	1.745.468	3.117.960	1.745.499

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

21.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

21.2 Composição:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
Capital de giro	77.043	129.733	77.232	129.733
Debêntures	191.836	77.743	191.836	77.743
Financiamento de bens	8.850	—	8.850	—
	277.729	207.476	277.918	207.476
Passivo não circulante				
Capital de giro	77.727	165.260	77.808	165.260
Debêntures	773.647	451.042	773.647	451.042
Financiamento de bens	4.188	—	4.188	—
	855.562	616.302	855.643	616.302
	1.133.291	823.778	1.133.561	823.778

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Controladora									
	01/01/2022	Adições	Paga- mento do principal	Paga- mento de juros	Provisão de juros	Amortiza- ção custo captação		31/12/2022	
Capital de giro	276.185	—	(122.135)	(33.657)	32.746	1.631		154.770	
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	—		13.038	
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.440)	(36.206)	35.294	1.631		167.808	
Debêntures	528.785	496.133	(76.667)	(109.648)	124.052	2.828		965.483	
Total	823.778	498.669	(207.107)	(145.854)	159.346	4.459		1.133.291	
	01/01/2022	Adições	Paga- mento do principal	Paga- mento de juros	Provisão de juros	Amortiza- ção custo captação	Aquisição Fiducian		31/12/2022
Capital de giro	276.185	—	(122.296)	(33.679)	32.799	1.631	400		155.040
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	—	—		13.038
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.601)	(36.228)	35.347	1.631	400		168.078
Debêntures	528.785	496.132	(76.667)	(109.648)	124.053	2.828	—		965.483
Total	823.778	498.669	(207.268)	(145.876)	159.400	4.459	400		1.133.561

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Controladora						
	01/01/2021	Adições	do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de Giro	365.262	—	(91.183)	(23.756)	25.862	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.626	(5.810)	(1.234)	1.363	18.808
Empréstimos e financiamentos	372.125	17.626	(96.993)	(24.990)	27.225	294.993
Debêntures	226.762	297.211	—	(27.144)	31.956	528.785
Total	598.887	314.837	(96.993)	(52.134)	59.181	623.778
Consolidado						
	01/01/2021	Adições	do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de Giro	365.262	—	(91.183)	(23.756)	25.862	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.626	(5.810)	(1.234)	1.363	18.808
Empréstimos e financiamentos	372.125	17.626	(96.993)	(24.990)	27.225	294.993
Debêntures	226.762	297.211	—	(27.144)	31.956	528.785
Total	598.887	314.837	(96.993)	(52.134)	59.181	623.778

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de empréstimos, financiamentos e debêntures:

		Controladora			
		2022			
	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R\$	105% CDI anual			
		100% CDI + 3,8% anual	236.019	77.043	77.727
Financiamento de bens (b)	R\$	100% CDI + 4% anual a			
		100% CDI +11% anual	28.043	8.850	4.188
Empréstimos e financiamentos			264.062	85.893	81.915
Debêntures	R\$	100% CDI + 3,4 % anual	1.030.000	191.836	773.674
Total de empréstimos e financiamentos			1.294.062	277.729	855.562
		2022			

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de empréstimos, financiamentos e debêntures:

(a) Os empréstimos são analisados pela Companhia e são garantidos por alienação fiduciária dos bens. (b) Em 29 de abril de 2022, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio, para distribuição pública com esforço restrito de colocação, no valor total de R\$ 500 milhões, o vencimento do contrato iniciará em abril de 2025. **Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento das cláusulas restritivas (covenants), que a Companhia vem cumprindo integralmente, incluindo a data-base das informações financeiras. Os termos das principais cláusulas de crédito, a Companhia é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: (a) alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Divida Líquida/EBITDA), (b) A proporção entre EBITDA e custo de financiamento líquido (Recitas - Despesas financeiras) não deve ser inferior a 3,5x (EBITDA/Resultado Financeiro). A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a proporção do EBITDA em relação ao custo financeiro líquido 4,1x (em 31 de dezembro de 2021 - 3,7x) e da dívida líquida em relação EBITDA 1,0x (em 31 de dezembro de 2021 - 0,4x). **Resumo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme vencimento:**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de empréstimos, financiamentos e debêntures:

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS	9.787	5.388	11.140	5.400
COFINS		12	31	12
ICMS (a)	66.305	29.741	174.026	29.741
ISS	1.051	1.778	2.094	1.778
IRRF	183	1.275	784	1.275
IPI	—	325	221	325
Outros	918	2.671	1.109	2.671
Total	78.244	41.190	189.405	41.202

(a) A variação das obrigações tributárias de ICMS, refere-se ao fato de as controladas do Grupo SBB terem realizado, durante o ano de 2022, depósitos judiciais, em contra partida ao ICMS a recolher, no termos do art. 166, do CTN, para a garantia das discussões em ações judiciais acerca da aplicação do anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022.

23. IMPOSTOS PARCELAIS

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos de tributos Estaduais	16.405	37.325	16.621	37.775
Parcelamentos de tributos Federais	18.886	36.087	92.987	109.033
Total impostos parcelados	35.291	73.412	109.608	146.808
Passivo circulante	23.632	36.601	44.327	56.881
Passivo não circulante	11.659	36.811	65.281	90.127

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:



→ continuação



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. **Venda de mercadorias por meio do e-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.

Prestação de serviços logísticos: A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da empresa do mesmo grupo, a VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Serviços prestados: A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorre a realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato.

Subvenção governamental: A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas da Companhia nesses estados. A partir de 1º de julho de 2021, a Companhia efetuou a migração das operações do e-commerce da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pelo e-commerce são realizadas com crédito presumido de ICMS. No 4º trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, com mesmo número, e-PTA-RE nº 45.00003011-16, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permaneceu a sistemática de crédito presumido de ICMS.

	Controladora			31/12/2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.187.397	3.042.153	7.229.550	3.552.599	2.271.250	5.823.849
Prestação de serviços	56.885	–	56.885	26.302	42	26.344
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(981.844)	(529.441)	(1.511.285)	(794.960)	(393.310)	(1.188.270)
ICMS - Incentivo Fiscal (I)	159.152	–	159.152	112.169	–	112.169
Prestação de serviços	(6.591)	–	(6.591)	(2.314)	(3)	(2.317)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(24.913)	–	(24.913)	(16.877)	–	(16.877)
Abatimento dos serviços	–	–	–	–	–	–
Receita líquida de vendas	3.390.086	2.512.712	5.902.798	2.876.919	1.877.979	4.754.898
	Consolidado			31/12/2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.590.092	3.007.993	7.598.085	3.552.599	2.271.250	5.823.849
Prestação de serviços	59.484	–	59.484	26.302	42	26.344
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(1.074.879)	(522.415)	(1.597.294)	(794.960)	(393.310)	(1.188.270)
ICMS - Incentivo Fiscal (I)	165.023	–	165.023	112.169	–	112.169
Prestação de serviços	(6.591)	–	(6.591)	(2.314)	(3)	(2.317)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(33.613)	–	(33.613)	(16.877)	–	(16.877)
Abatimento dos serviços	–	–	–	–	–	–
Receita líquida de vendas	3.699.516	2.485.578	6.185.094	2.876.919	1.877.979	4.754.898

(I) Veja Nota 28.d sobre os incentivos fiscais da Companhia.

Receita do mercado de atacado: As vendas em atacado são destinadas à empresa Premier Distribuidora, e referem-se à operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A., conforme Nota 16.

Receita do mercado de varejo e e-commerce: A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado e e-commerce está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Varejo (lojas físicas)	2.903.628	2.474.086	2.359.764	2.474.086
Atacado	3.042.153	2.271.250	3.007.993	–
E-Commerce	1.283.769	1.078.513	2.350.268	1.078.513
Receita Bruta	7.229.550	5.823.849	7.598.085	3.552.599

Região Geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sudeste	2.200.285	2.149.463	2.491.446	2.149.463
Nordeste	770.274	593.934	799.000	593.934
Sul	643.588	414.645	697.419	414.645
Centro - Oeste	362.126	253.936	387.186	253.936
Norte	211.124	140.621	215.041	140.621
Receita bruta de vendas	4.187.397	3.552.599	4.590.092	3.552.599

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da Comércio, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
1º Trimestre	678.666	465.986	678.666	465.986
2º Trimestre	763.088	619.666	764.894	619.666
3º Trimestre	855.145	761.982	857.546	761.982
4º Trimestre	1.093.187	1.029.285	1.398.410	1.029.285
Receita líquida de vendas	3.390.086	2.876.919	3.699.516	2.876.919

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

30.1 Política contábil: Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

30.2 Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da revenda de mercadorias	(1.790.981)	(1.454.324)	(1.922.780)	(1.454.324)
Custo da revenda - atacado	(2.412.150)	(1.872.440)	(2.412.150)	(1.872.440)
Custo de fretes e logística	(73.068)	(40.347)	(75.985)	(40.347)
Total	(4.276.199)	(3.367.711)	(4.410.915)	(3.367.711)

O custo das vendas para empresa Premier Distribuidora é separado na rubrica de "Custos de revenda - atacado", e se referem às operações de venda entre as empresas controladas pelo Grupo SBF S.A., conforme Nota 25.

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(514.126)	(387.135)	(523.479)	(387.135)
Depreciação e amortização	(72.789)	(68.809)	(74.044)	(68.809)
Amortização do direito de uso	(145.529)	(126.130)	(145.922)	(126.130)
Publicidade e propaganda	(144.227)	(97.899)	(193.118)	(97.899)
Utilidades e serviços	(127.345)	(88.776)	(135.992)	(88.776)
Serviços de terceiros	(53.712)	(59.702)	(66.125)	(59.702)
Comissão de cartão	(66.270)	(51.526)	(72.383)	(51.526)
Ocupação	(62.358)	(39.928)	(65.438)	(39.928)
(-) Descontos sobre arrendamentos	8.436	23.610	8.436	23.610
Contencioso	5.349	4.195	6.008	4.195
Outras despesas	(63.266)	(45.848)	(69.541)	(45.848)
Total das despesas com vendas	(1.235.847)	(937.948)	(1.331.598)	(937.948)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(93.278)	(90.414)	(102.390)	(90.532)
Depreciação e amortização	(59.318)	(36.028)	(59.423)	(36.029)
Amortização do direito de uso	(19.914)	(21.352)	(19.914)	(21.352)
Publicidade e propaganda	(11.688)	(994)	(13.457)	(994)
Utilidades e serviços	(39.757)	(36.548)	(44.442)	(43.126)
Serviços de terceiros	(43.260)	(31.836)	(49.039)	(33.255)
Ocupação	(1.990)	(7.889)	(4.049)	(7.889)
(-) Descontos sobre arrendamentos	1.657	134	1.657	134
Contencioso	18.606	(9.344)	14.106	1.721
Outras despesas	(16.973)	(9.034)	(18.286)	(22.889)
Total das despesas administrativas	(265.915)	(243.305)	(295.237)	(224.211)

32. RESULTADO FINANCEIRO

32.1 Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **32.2 Composição:** Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste a valor presente (AVP)	3.293	–	3.293	–
Atualização monetária de impostos	49.709	25.603	50.741	25.686
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.593	6.889	14.088	11.025
Variação cambial ativa	768	(409)	6.971	(409)
Receitas de aplicações financeiras	25.451	6.711	25.770	6.707
Descontos obtidos	43	16	43	16
Juros sobre operações de mútuo	6.103	–	6.103	–
Juros e multas recebidos	5	–	159	–
Outras	2.111	4.964	2.077	2.454
Receitas financeiras	99.783	47.067	105.552	48.752
	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre contencioso	(3.146)	(8.342)	(4.725)	8.899
Juros de arrendamento mercantil	(118.931)	(110.151)	(119.042)	(110.151)
Juros sobre empréstimos	(35.294)	(23.515)	(35.348)	(23.515)
Ajuste a valor presente (AVP)	–	(1.719)	–	(1.719)
Juros sobre desconto de duplicatas	(177)	(20)	(419)	(20)
Juros sobre atraso de impostos	(10.670)	(21.248)	(10.671)	(28.788)
Tarifas e taxas bancárias	(5.061)	(5.676)	(3.957)	(6.499)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(1.068)	(3.722)	(4.779)	(24.880)
Variação cambial passiva	(2.108)	(3.037)	358	(3.037)
Juros sobre pagamentos em atraso	(656)	(684)	(89)	(2.720)
Juros sobre debêntures	(124.052)	(31.379)	(124.053)	(31.379)
Juros sobre capital próprio	(8.589)	–	(8.589)	–
Juros sobre contratos de mútuos	–	–	(2.016)	–
Outras despesas financeiras	(5.416)	(11.428)	(5.415)	(11.428)
Impostos sobre operações financeiras	(861)	(317)	(1.020)	(317)
Despesas financeiras	(316.029)	(221.248)	(320.365)	(235.554)

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pela Companhia como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de Earn-Out e parcela de Outperform, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 13.370.558
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 300.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R\$ 660.000

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.



Diretoria

Pedro Zemel - CEO



Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua conclusão nesta data.



Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitido nesta data.



Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 01 de março de 2023

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente
José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Paula Nader - Diretora de Marketing



Contadora

Ana Mota - CRC 1SP328009/O-1



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de



FISIA

DISTRIBUIDORA
OFICIAL
NO BRASIL



**FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS
ESPORTIVOS S.A.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 2021**

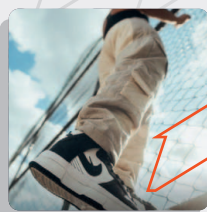
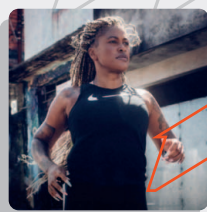


FISIA

DISTRIBUIDORA
OFICIAL
NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34



Demonstrações Financeiras 2022

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	159.867	244.468
Contas a receber	7	933.117	640.822
Estoque	8	1.220.554	616.453
Instrumentos financeiros derivativos	9	4.169	29.259
Tributos a compensar	10	341.148	280.826
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	32.269	604
Outros ativos		56.897	60.874
Total do ativo circulante		2.748.021	1.873.306
Ativo não circulante			
Tributos a compensar	10	43.321	218.526
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	26	29.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	310.443	264.327
Depósitos judiciais	13	98.844	4.305
Outros ativos		18.589	30.205
Total do realizável a longo prazo		471.223	546.547
Imobilizado	14	135.246	34.556
Intangível	15	23.051	2.378
Direito de uso	16	103.930	38.024
Total do ativo não circulante		733.450	621.505
Total do ativo		3.481.471	2.494.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	Capital social	Adiantamento para futura redução de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Dividendos propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2021		1.807.738					11.580		(140.303)	1.679.015
Lucro líquido do exercício									533.714	533.714
Outros resultados abrangentes -										
Hedge de fluxo de caixa							3.793			3.793
Redução de capital	24	(127.801)							(127.801)	(127.801)
Adiantamento para futura redução de capital			(215.080)						(215.080)	(215.080)
Constituição de reservas					4.788				(4.788)	
Dividendos propostos								202.924	(202.924)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.679.937	(215.080)		4.788		15.373	202.924	185.699	1.873.641
Lucro líquido do exercício									343.783	343.783
Outros resultados abrangentes -										
Hedge de fluxo de caixa							(29.859)			(29.859)
Redução de capital	24		215.080						215.080	215.080
Incorporação Store	3.1	(296.010)							356 (295.654)	(295.654)
Adiantamento para futura redução de capital			(215.080)						(215.080)	(215.080)
Constituição de reservas				17.189	24.263	156.254			(197.706)	
Dividendos pagos	22							(202.924)	(202.924)	
Distribuição de dividendos	22							(239.283)	(239.283)	
Distribuição de juros sobre capital próprio								(92.849)	(92.849)	
Em 31 de dezembro de 2022		1.168.847		17.189	29.051	156.254	(14.486)		- 1.356.855	1.168.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. Em 01 de dezembro de 2022, a Companhia decidiu a transformação do tipo jurídico de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, o comércio, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, todos da marca "Nike". Os produtos comercializados pela Fisia são adquiridos majoritariamente de empresas localizadas no exterior, as quais possuem contratos com a Nike Inc. Consequentemente, os saldos das rubricas de estoques, custo dos produtos vendidos e fornecedores estrangeiros são impactados diretamente pela política de preços da empresa estrangeira, bem como pelos efeitos decorrentes das variações na cotação do dólar dos Estados Unidos da América, principal moeda de referência nessas transações de compras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a DVA de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: **a) Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **b) Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **c) Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros; (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.5 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **b) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identifica-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **c) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **d) Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.7 Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2022

3.1 Incorporação Store Engenharia e Instalações Ltda.: Em 23 de setembro de 2022, a Companhia concluiu os termos do protocolo de incorporação da Store Engenharia e Instalações Ltda. A incorporação foi avaliada a valor contábil na data-base de 30 de agosto de 2022, com o acervo líquido demonstrado abaixo:

	30/09/2022
Store	
Caixa e equivalentes de caixa	66
Contas a receber	148
Tributos a compensar	45
Outras contas a receber	3.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.394
Depósitos judiciais	6
Total ativo	66.739
Passivo	
Fornecedores	8
Impostos parcelados	229
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	29.543
Provisões para riscos administrativos e judiciais	332.965
Total passivo	362.749
Total líquido do acervo líquido	(296.010)

O acervo líquido por conta dos efeitos da incorporação foi integralizado como uma redução de capital na Fisia no valor de R\$ 296.010. **3.2 Mudança controlador Fisia:** Em 01 de dezembro de 2022 foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta da Grupo SBF e passou a ser controlada pela SBF Comércio. A transação foi efetivada por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisia registradas no Grupo SBF para a SBF Comércio, mensurada a valor contábil e sua conclusão não gerou qualquer tipo de ônus para o Grupo SBF. A transferência do controle foi mensurada com base no balanço patrimonial da Fisia levantado em 30 de novembro de 2022. **3.3 Migrações sistêmicas finalizadas:** Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou migrações tecnológicas importantes, com o objetivo de continuar caminhando para uma arquitetura de software em nuvem e alinhada com as práticas mais atualizadas e modernas de gestão financeira. A primeira migração sistêmica, finalizada em agosto, foi do ERP da Fisia, que até então utilizava o ERP Global da Nike Inc. e migrou para o mesmo ambiente sistêmico em cloud do Grupo SBF. Para a Fisia, as grandes vantagens dessa migração foram o fim do pagamento à Nike Inc. dos custos do sistemas deles (pagamentos baseados no TSA, Transition Services Agreement) e a liberdade de adaptar o sistema a nosso modo de operar, antes o sistema era parametrizado e mantido pela própria Nike Inc. Por fim, em agosto, concluímos a migração da plataforma online da Fisia, que estava terceirizada com um parceiro, para nossa plataforma proprietária.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perda esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: **• Contas a receber de clientes atacadista (Nota 7);** **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;** **• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Emocional o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi material. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 310.443 relacionado a prejuízos fiscais e diferenças temporárias gerados pela Companhia. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados. **c) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **d) Taxa incremental sobre o empréstimo de arrendamento:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **e) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: **• Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas,** é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). **• Se houver beneficiários em imóveis de terceiros com saldo residual significativo,** é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: **5.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORTA") ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORTA"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultantes do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	25	3.206.217	2.536.924
Custo das vendas e dos serviços prestados	26	(1.903.299)	(1.619.934)
Lucro bruto		1.302.918	916.990
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	27	(786.125)	(567.869)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	367	109
Despesas administrativas e gerais	27	(145.399)	(68.942)
Outras receitas		10.265	2
Lucro operacional		382.026	280.290
Receitas financeiras	28	159.186	134.090
Despesas financeiras	28	(104.642)	(105.912)
Receitas financeiras líquidas		54.544	28.278
Lucro antes dos impostos		436.570	308.568
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(106.110)	(49.325)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	13.323	274.470
Lucro líquido do exercício		343.783	533.713
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia			
Lucro básico por ação (média ponderada)		0,23	0,31
Lucro diluído por ação (média ponderada)		0,23	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	343.783	533.714
Outros resultados abrangentes		
Hedge de fluxo de caixa	(29.859)	3.793
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	313.924	537.507
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	10.152	(1.290)
Resultado abrangente do exercício	324.076	536.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		343.783	533.714
Ajustado por:			
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	14, 15	11.897	15.839
Amortização do direito de uso	16	12.553	9.819
Juros sobre pagamentos em atrasos	27	5	
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	367	109
Juros sobre atraso de impostos	28	6	106
Juros sobre mútuos	20	6.103	—
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	14, 15	(728)	847
Baixa residual arrendamentos	16	—	363
Provisão para obsolescência do estoque	8	11.029	442
Juros sobre arrendamento mercantil	16	6.267	3.851
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	(52.303)	(429)
Despesas com variações cambiais		—	56
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indêbitos tributários		—	(29.184)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	106.110	49.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(13.323)	(274.470)
Total		431.766	310.388

Variações em:			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	7	(292.514)	(121.175)
Estoque	8	(615.130)	(164.820)
Instrumentos financeiros derivativos	9	54.949	(9.325)
Tributos a compensar	10	112.421	61.845
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	—	(29.788)



FISIA

DISTRIBUIDORA
OFICIAL
NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34



Demonstrações Financeiras 2022

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	436.570	308.568
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(148.434)	(104.913)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(9.121)	(11.248)
Exclusões permanentes:		
Incentivo Fiscal	9.770	1.628
Recotas não tributáveis	14.657	1.935
Outros itens:		
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (a)	–	267.614
Juros sobre capital próprio	31.569	–
Utilização de prejuízo fiscal para abatimento do imposto corrente	–	–
(Diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores) (a)	6.316	27.533
IR/CSLL sobre taxa Selic (b)	–	40.618
PAT	2.288	1.955
Base Isenta Adicional IRPJ 10%	–	24
Outros	144	23

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício e de períodos anteriores

Corrente	(106.110)	(49.325)
Diferido	13.323	274.470
Alíquota efetiva	-21%	73%

(a) No ano de 2021, baseada em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 295.147.

(b) Registro do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre os valores atinentes à taxa Selic no montante de R\$40.618 em 31 de dezembro de 2021.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

13.1 Política contábil: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

13.2 Composição: Depósitos judiciais: As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	3.740	91.264	(3)	95.001
Depósitos judiciais - Rendimentos	–	3.843	–	3.843
Bloqueio judicial - Trabalhista	565	–	(565)	–
Total	4.305	95.107	(568)	98.844

Durante o exercício de 2022 foram realizadas ações judiciais para a discussão da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pela Companhia.

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Cível	1.034	1.551	(626)	1.959
Trabalhista	104	461	–	565
Tributário	1.781	–	–	1.781
Total	2.919	2.012	(626)	4.305

Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Provisão para contencioso				
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Cível/Consumidor	663	2.407 (1.379)	–	–	1.691
Trabalhistas	2.342	4.013 (553)	(218)	–	2.084
Tributário	4.049 (947)	–	(59.054)	–	278.995
Total	3.005	6.969 (2.879)	(59.272)	–	334.918
					282.741

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações das provisões para risco administrativo e judicial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Provisão para risco administrativo e judicial				
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Cível/Consumidor	764	–	(101)	–	663
Trabalhista	3.935	2.261 (1.164)	(2.690)	–	2.342
Tributário	–	–	–	–	–
Total	4.699	2.261 (1.265)	(2.690)	–	3.005

Passivos contingentes: Processos de natureza tributária: Em 31 de dezembro de 2022, o total de débitos tributários, que são classificados como perda provável, perfaz o montante de R\$ 278.966 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021). Essa variação refere-se à incorporação da empresa Store Engenharia, conforme mencionado na Nota 3.1. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Houve a reversão de um dos casos de ICMS discutidos em São Paulo, no valor de R\$ 59.054 diante do êxito obtido na ação judicial perante o STJ no que toca à discussão de decadência. **Processos federais:** Os processos federais em que a Companhia figura no polo passivo estão classificados como perda possível no montante de R\$ 30.426 (R\$ 27.745 em dezembro de 2021), conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

	31/12/2022	31/12/2021
Tributo	24.575	22.394
PIS/COFINS (a)	–	–
INSS (b)	341	229
Outros (c)	5.510	5.058
Total	30.426	27.745

(a) **PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R\$ 24.575 (R\$ 22.394 em dezembro de 2021), acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2012 e 2017, em razão de supostas divergências nas declarações da Companhia. (b) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuições ao RAT, decorrentes de divergências em guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, no montante de R\$ 341. (c) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e II, multas relacionadas a Antidumping, CIDE, multa por atraso de entrega de declarações, discussões, emendas e transferências, perfazem o montante de R\$ 5.510 (R\$ 5.056 em dezembro de 2021). **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Em dezembro de 2022, a Companhia possui 17% (100% em dezembro de 2021) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de atuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, no montante de R\$ 200.760 (R\$ 98.943 em dezembro de 2021), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, credimento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo de crédito nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo fisco. **Processos de natureza trabalhista:** Em dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 6.385 (em R\$85.842 dezembro de 2021) de processos trabalhistas classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. **Processos de natureza cível/consumidor:** Em dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 4.063 de processos civis classificados como perda possível pelos seus advogados (não havia processos civis com probabilidade de perda estimada como possível em dezembro de 2021).

14. IMOBILIZADO

14.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benefitória em imóveis de terceiros (*)	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

(*) As vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalecendo das duas a menor. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma para a rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada 31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	33	35.969	(23.172)	12.797
Máquinas, equipamentos e ferramentas	13	6.000	(2.873)	3.127
Móveis e utensílios	20	54.110	(28.480)	25.630
Benefitórias em imóveis de terceiros	14	134.651	(56.593)	78.058
Imobilizado e andamento	(a)	15.634	–	15.634
Total		246.364	(111.118)	135.246
				34.556

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2022
Computadores e periféricos	18.628	39	–	17.302	35.969
Máquinas, equipamentos e ferramentas	9.753	3	–	(3.756)	6.000
Móveis e utensílios	32.417	441	–	21.252	54.110
Benefitórias em imóveis de terceiros	59.404	2.185 (114)	–	73.176	134.651
Imobilizado e andamento	(45.283)	(6.404)	936	(107.974)	15.634
Custo do imobilizado	135.239	111.239	(114)	–	246.364
Computadores e periféricos	(16.666)	(6.506)	–	–	(23.172)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(7.829)	4.956	–	–	(2.873)
Móveis e utensílios	(27.437)	(1.043)	–	–	(28.480)
Benefitórias em imóveis de terceiros	(48.751)	(7.842)	–	–	(56.593)
Depreciação	(100.683)	(10.435)	–	–	(111.118)
Total do imobilizado líquido	34.556	100.804	(114)	–	135.246

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2021
Computadores e periféricos	18.003	458	–	–	18.628
Máquinas, equipamentos e ferramentas	8.951	35	–	767	9.753
Móveis e utensílios	31.944	–	(1.340)	1.813	32.417
Benefitórias em imóveis de terceiros	59.384	94 (1.769)	–	1.695	59.404
Imobilizado e andamento (a)	4.884	14.595	–	(4.442)	15.037
Custo do imobilizado	123.166	15.182 (3.109)	–	–	135.239
Computadores e periféricos	(15.641)	(1.025)	–	–	(16.666)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(7.195)	(634)	–	–	(7.829)
Móveis e utensílios	(25.909)	(2.854)	1.326	–	(27.437)
Benefitórias em imóveis de terceiros	(45.283)	(4.404)	936	–	(48.751)
Depreciação	(94.028)	(8.917)	2.262	–	(100.683)
Total do imobilizado líquido	29.138	6.265 (847)	–	–	34.556

(a) Benefitórias compreendem, principalmente, as obras civis realizadas nas lojas alugadas pela Companhia e no escritório da matriz em São Paulo que a Companhia mantém. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

15. INTANGÍVEL

15.1 Política contábil: Relações contratuais com clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Outros ativos intangíveis: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (função de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada 31/12/2022	31/12/2021
Fundo de comércio	Conforme contrato	4.450	(75)	4.375
Software	20	27.277	(8.902)	18.375
Software em andamento	–	–	301	–
Total	–	32.028	(8.977)	23.051
				2.378

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	–	3.250	–	1.200	4.450
Software	8.350	14.659	–	4.268	27.277
Software em andamento	2.385	3.384	–	(5.468)	301
Custo do intangível	10.735	21.293	–	–	32.028
Fundo de comércio	(7)	(75)	–	–	(82)
Software	(8.357)	(1.387)	842	–	(8.902)
Amortização	(8.357)	(1.462)	842	–	(8.977)
Total do intangível, líquido	2.378	19.831	842	–	23.051

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2021(*)	Adições	Transferência entre rubricas	Saldo final 31/12/2021
Software	7.517	–	833	8.350
Software em andamento	846	2.372	(833)	2.385
Custo do intangível	8.363	2.372	–	10.735
Software	(7.861)	(496)	–	(8.357)
Amortização	(7.861)	(496)	–	(8.357)
Total do intangível, líquido	502	1.876	–	2.378

(*) Saldo de marcas bought, pela ausência do direito de exploração pela Fisia. A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

16.1 Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação, no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empr

Caio Bonfim busca o 12º título adulto da Copa Brasil Loterias Caixa de Marcha



Caio Bonfim na Copa Brasil de 2022

O paulista Caio Bonfim (CASO-DF) é o grande destaque da Copa Brasil Loterias Caixa de Marcha Atlética, que será disputada a partir das 7 horas deste domingo (5/3), em Brasília (DF). O circuito será montado no Eixão Sul entre as quadras 202/102 - o prédio da matriz da Caixa Econômica Federal e o Hospital de Base de Brasília. A competição terá transmissão ao vivo pela TV

Atletismo Brasil por meio do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Medalha de bronze nos 20 km do Mundial de Londres-2017, o marchador está em busca nada menos do que o seu 12º título adulto da competição. Aos 31 anos, ele disputará a prova dos 20 km, depois de ter vencido no ano passado, em Bragança Paulista (SP), os 35 km. Como fez em 2022, no Mun-

dial do Oregon, nos Estados Unidos, o objetivo é disputar as duas provas (20 Km e 35 km) em Budapeste, na Hungria, de 19 a 27 de agosto. No Mundial do ano passado ficou entre os top 10 nas duas provas: terminou em sexto lugar nos 20 km, com 1:19:51, e em sétimo nos 35 km, quebrando o recorde brasileiro, com 2:25:14, numa atuação bem consistente. Caio Bonfim é também recordista brasileiro dos 20 km, com o tempo de 1:18:47, obtido em 2019, em La Coruña, na Espanha, e dos 50 km, alcançado com o nono lugar nos Jogos Olímpicos do Rio-2016, com 3:47:02. O tempo dos 20 km é o segundo melhor no Ranking Sul-Americano de todos os tempos, ficando atrás apenas do equatoriano Jefferson Pérez, um fenômeno, campeão olímpico em Atlanta-1996 e tricampeão mundial, que tem 1:17:21 como recorde continental, obtido em Paris, em 2003. Na Olimpíada do Rio-2016, Caio conseguiu a quarta colocação nos 20 km, ficando muito perto de uma posição no pódio, no circuito montado na região do Recreio dos Bandeirantes. Caio foi vice-campeão do

Race Walking Tour 2022, segundo divulgação da World Athletics. A entidade leva em conta os três melhores resultados no circuito de marcha atlética, que é comparado em termos de importância com a Liga Diamante das provas de pista. O paulista venceu o GP de Podebrady, na República Checa, no dia 2 de abril, com 1:18:51, ficou em terceiro lugar no GP de La Coruña, na Espanha, no dia 28 de maio, com 1:20:14, e terminou na sexta colocação no Campeonato Mundial do Oregon, nos Estados Unidos, no dia 15 de julho, com 1:19:51 – todos os resultados em provas de 20 km. A Copa Brasil, competição que abrirá a temporada nacional de 2023 da especialidade, recebeu a confirmação de participação de 77 atletas, de 21 clubes, de nove Estados e do Distrito Federal. A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam ao esporte e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Kiko Porto lidera último teste antes de abertura da USF Pro 2000 em São Petersburgo

Um dos destaques das categorias de base dos Estados Unidos, Kiko Porto encerrou a última bateria de testes coletivos da USF Pro 2000, campeonato que integra o Road to Indy, da melhor forma possível. O piloto da DEForce Racing liderou a última sessão realizada no circuito de Sebring, no estado americano da Flórida, no final da tarde da terça-feira (28). Em uma bateria de testes que contou não apenas com pilotos que já integravam o Road to Indy, mas também com competidores que migraram da Europa para os Estados Unidos, Porto esteve sempre no top-3. De acordo com o campeão da USF2000 em 2021, o resulta-



Kiko Porto

do foi considerado importante, principalmente pelo fato de a primeira etapa estar prevista

para este final de semana, em São Petersburgo. “Ainda é o começo do ano,

mas com certeza estar na frente nos tempos da pré-temporada mostra o nosso potencial. Sabemos que nos testes cada piloto e equipe têm programas diferentes, mas estive entre os mais rápidos em todas as quatro atividades em Sebring, e estou pronto para a abertura do campeonato em St. Pete”, disse Kiko Porto, que tem os patrocínios do Banco Daycoval, Royal Mortgage USA e Lúcio Santana. O primeiro treino livre e a classificação em St. Pete serão realizados na sexta-feira, enquanto o sábado e o domingo contarão com as duas corridas do final de semana. O canal do Road to Indy no YouTube mostra a etapa completa.

Stock Car tem leilão beneficente de pré-temporada

A temporada 2023 da Stock Car Pro Series vai começar no fim de semana de 2 de abril no Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO). Mas a principal categoria do automobilismo na América Latina, em conjunto com a plataforma Play for a Cause, já entra na pista para abrir o Leilão dos Campeões, com a abertura de lances para quatro itens de colecionador e que marcaram o campeonato do ano passado. Toda a renda obtida com a ação beneficente será destinada ao Instituto Ingo Hoffmann, instituição sem fins lucrativos capitaneada pelo doze vezes campeão da Stock Car, sediada em Campinas (SP) e dedicada aos cuidados às crianças em tratamento contra o câncer e suas respectivas famílias. O leilão contempla quatro réplicas de troféus de vencedor entregues nas últimas etapas da temporada 2022: Velocitta e Santa Cruz do Sul, em setembro; Goiânia, em outubro; e a taça entregue aos vencedores da última etapa, a Super Final BRB, em Interlagos. Os lances partem do valor ini-

cial de R\$ 1.200,00 e serão válidos até 28 de março, na última terça-feira do mês e na semana que antecede a abertura da temporada. Para participar dos leilões é preciso acessar o link (<https://play.foracause.com.br/en/stock-pre-temporada-2023/>) e seguir as instruções destacadas. A história representada — A oitava etapa do campeonato, disputada no Autódromo Velocitta — em Mogi Guaçu, interior de São Paulo — marcou uma vitória emblemática para o piloto Felipe Lapenna e para Babi Rodrigues (Hot Car Competições), a primeira mulher a triunfar na Stock Car como chefe de equipe. Na Corrida 2, Ricardo Maurício (Eurofarma-RC) abriu uma série vencedora na fase final da temporada. Em Santa Cruz do Sul, palco da nona rodada de 2022, Ricardo venceu a prova que abriu a etapa, enquanto Rubens Barrichello (Full Time Sports) alcançou um triunfo que foi muito importante para a conquista do bicampeonato ao faturar a Corrida 2. Goiânia recebeu duas etapas no fim de semana de 22 e 23 de outubro do ano passado. Cesar



Ricardo Maurício foi o maior vencedor do ano. Um dos triunfos foi em Goiânia

Ramos (Ipiranga Racing) brilhou com sua primeira vitória na Pro Series. Nelson Piquet Jr. (Motul TMG Racing) subiu ao topo do pódio na segunda prova válida pela jornada de sábado. No domingo, Ricardo Maurício venceu mais uma, na Corrida 1, e Diego Nunes (Blau Motorsport) conquistou a disputa complementar. A temporada 2022 terminou com a disputa da Super Final BRB,

em Interlagos. Estreante no ano passado, Felipe Baptista (KTF) coroou um fim de semana notável, no qual conquistou a pole da etapa, com grande vitória no templo do automobilismo nacional. O campeonato fechou com o triunfo do piloto que mais venceu no campeonato, Ricardo Maurício, faturando sua quinta vitória no ano, enquanto Barrichello comemorou a conquista do seu segundo título na Stock Car.

V Rally Minas Brasil marcará estreia de Jean Azevedo nos UTVs

Dono de uma trajetória impressionante nas motos e carros, paulista vive agora um novo desafio. Ele enfrentará nomes igualmente consagrados pelos caminhos a partir de Araxá, de 07 a 11 deste mês



Jean mantém uma preparação intensa para sua primeira prova no comando de um UTV

A quinta edição do Rally Minas Brasil se aproxima (07 a 11 de março) e, com ela, um momento histórico. Válida pela primeira etapa do Brasileiro de Rally Cross-Country, a prova, que será disputada em Araxá e entorno, marcará a estreia de um dos mais vitoriosos nomes do esporte no país em uma nova modalidade. Depois de uma trajetória de sucesso nas motos e nos carros, Jean Azevedo resolveu acelerar nos UTVs. O paulista de São José dos Campos, 49 anos, vai comandar um Polaris RZR Pro R da Polaris Racing Brasil / T+A Rally Team, time criado em parceria com o também piloto Leandro Torres. Além da adaptação natural necessária para um veículo totalmente diferente, será também sua primeira vez em competição com o navegador catarinense Idali Bosse.

“A expectativa é grande, estou me preparando para essa estreia, fiz alguns treinos e ajustes no UTV para se adequar ao meu estilo de pilotagem. O primeiro objetivo é ganhar o máximo de experiência possível e entrosamento com o Idali. Como ele navega há bastante tempo nos UTVs, pode me ajudar bastante nesse processo. Será uma prova de aprendizado, mas estou bastante confiante e vamos buscar um bom resultado”, avaliou Jean. Apesar de um currículo que

inclui sete vitórias no Sertões; 10 títulos brasileiros nas motos (e três nos carros), além de dois títulos de categoria no Rally Dakar, Jean não terá vida tranquila na disputa do Minas Brasil. A lista de inscritos para o desafio conta, entre outros, com nomes como Reinaldo Varela (tricampeão mundial); Cristiano Batista (atual campeão da Copa do Mundo FIA de Rally Baja) e Denisio Casarini (bicampeão do Sertões). O que promete uma disputa de arrebatar pelos caminhos mineiros.

Vagas abertas

As inscrições para o V Rally Minas Brasil continuam abertas para motos, carros e UTVs. Através do site www.rallymakers.com.br é possível garantir lugar no grid. Na edição deste ano serão três dias de competição com uma média de 180 a 200 quilômetros cronometrados em cada um deles. Pilotos e navegadores vão encarar regiões montanhosas e sinuosas, com subidas e descidas; trial (sequências pedregosas com erosões que exigem cuidado) e atravessarão zonas de plantação, passando pelos municípios de Ibiá, Tapira, Pratinha e Sacramento. O 5º Rally Minas Brasil é uma realização da Rallymakers com apoio da Prefeitura Municipal de Araxá, Transmáquinas, GHIA Investimentos e Jeep Clube Araxá.



Mantenha os cuidados para prevenir a Covid 19:

- Use máscaras nos transportes
- Lave bem as mãos
- Evite aglomerações

